

**PORTARIA SPA/MF N° 827, DE 21 DE MAIO DE 2024.**

**SPA/MF ORDINANCE No. 827, OF 21<sup>ST</sup> MAY 2024.**

<p>Regulamenta o disposto no art. 29 da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e nos arts. 4° a 13 da Lei n° 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer as regras e as condições para obtenção da autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos privados em todo o território nacional.</p> <p>O SECRETÁRIO DE PRÊMIOS E APOSTAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto n° 11.907, de 30 de janeiro de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 29, § 3°, da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, nos arts. 4° a 13 da Lei n° 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria Normativa MF n° 1.330, de 26 de outubro de 2023, resolve:</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I</b> <b>DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b></p> <p><b>Art. 1º</b> Esta Portaria regulamenta o disposto no art. 29 da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e nos arts. 4° a 13 da Lei n° 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer as regras e as condições para obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos privados em todo o território nacional.</p> <p><b>Art. 2º</b> Para os fins desta Portaria, consideram-se:</p> <p>I - <b>administradores</b>: ocupantes dos cargos de direção ou equivalentes e os membros do conselho de administração da pessoa jurídica requerente, se houver;</p> <p>II - <b>agente operador de apostas</b>: pessoa jurídica com autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para explorar apostas de quota fixa;</p>	<p>Regulates the provisions of art 29 of Law No. 13,756, of 12<sup>th</sup> December 2018, and arts 4 to 13 of Law No. 14,790, of 29<sup>th</sup> December 2023, to establish the rules and conditions for obtaining a license for the commercial exploitation of the fixed-odds lottery modality by private economic operators throughout the national territory.</p> <p>THE SECRETARY OF PRIZES AND BETTING OF THE MINISTRY OF FINANCE, by the authority provided under art. 55, clause I, paragraph "d", of Annex I to Decree No. 11,907, of 30<sup>th</sup> January 2024, and having regard the provisions of art 29, § 3, of Law No. 13,756, of 12<sup>th</sup> December 2018, in arts. 4 to 13 of Law No. 14,790, of 29<sup>th</sup> December 2023, and in MF Normative Ordinance No. 1,330, of 26<sup>th</sup> October 2023, resolves:</p> <p style="text-align: center;"><b>CHAPTER I</b> <b>PRELIMINARY PROVISIONS</b></p> <p><b>Art 1</b> This Ordinance regulates the provisions of art 29 of Law No. 13,756, of 12<sup>th</sup> December 2018, and of arts 4 to 13 of Law No. 14,790, of 29<sup>th</sup> December 2023, to establish the rules and conditions for obtaining license for the commercial operation of the fixed-odds lottery modality by private economic operators throughout the national territory.</p> <p><b>Art 2</b> For the purposes of this Ordinance, the following shall be considered as:</p> <p>I – <b>managers</b>: individuals holding management positions and members of the board of directors of the applicant corporate entity, if any;</p> <p>II – <b>operator</b>: corporate entity holding a license issued by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to exploit fixed-odds betting;</p>
--	---

<p>III - <b>beneficiários finais:</b> os sócios ou acionistas, pessoas naturais, que se enquadram como controladores ou detentores de participação qualificada, nos termos deste artigo, e se encontram na última instância da cadeia de participação societária do grupo econômico;</p> <p>IV - <b>controladores:</b> os sócios ou acionistas que, individualmente ou em conjunto com os demais integrantes do grupo de controle, pessoas naturais ou jurídicas, direta ou indiretamente:</p> <p>a) detêm ou exercem direitos que lhes assegurem, de modo permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da pessoa jurídica requerente; ou</p> <p>b) efetivamente dirigem as atividades sociais e orientem o funcionamento da pessoa jurídica requerente;</p> <p>V - <b>detentores de participação qualificada:</b> os sócios ou acionistas, pessoas naturais, jurídicas ou fundos de investimento, não controladores da pessoa jurídica requerente, que, direta ou indiretamente, detêm individualmente parcela superior a dez por cento do capital votante, quando sociedade anônima, ou mais de dez por cento do capital social da pessoa jurídica requerente, quando sociedade empresarial limitada;</p> <p>VI - <b>grupo econômico:</b> todas as pessoas naturais, jurídicas ou fundos de investimento envolvidas na cadeia de participação societária da pessoa jurídica requerente.</p> <p>VII - <b>grupo de controle:</b> grupo de pessoas vinculadas por acordo de votos ou sob controle comum que assumem a condição de controlador da pessoa jurídica requerente, de forma direta ou indireta; e</p> <p>VIII - <b>pessoa jurídica requerente:</b> pessoa jurídica que requer autorização à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa.</p>	<p>III – <b>ultimate beneficial owners:</b> individual, partners or shareholders, qualifying as controllers or holders of a qualified interest, under the terms of this article, and who are at the ultimate level of the corporate ownership structure of the economic group;</p> <p>IV – <b>controllers:</b> partners or shareholders, who individually or jointly with other members of the controlling group, whether individuals or corporate entities, directly or indirectly:</p> <p>a) hold or exercise rights that permanently ensure their predominance in corporate decisions and the power to elect the majority of the managers of the applicant corporate entity; or</p> <p>b) effectively manage the corporate activities and guide the operations of the applicant corporate entity;</p> <p>V – <b>holders of qualified interest:</b> partners or shareholders, whether individuals, corporate entities or investment funds, not controlling the applicant corporate entity, who, directly or indirectly, individually hold more than ten percent of the voting capital, in the case of a corporation (S.A.), or more than ten percent of the share capital of the applicant corporate entity, in the case of a limited liability company (Ltda);</p> <p>VI – <b>economic group:</b> all individuals, corporate entities or investment funds involved in the corporate ownership chain of the applicant corporate entity.</p> <p>VII – <b>controlling group:</b> a group of persons bound by a voting agreement or under common control who assume the status of controller of the applicant corporate entity, either directly or indirectly; and</p> <p>VIII – <b>applicant corporate entity:</b> the corporate entity that applies for a license from the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance for the commercial exploitation of the fixed-odds betting.</p>
---	--

**CAPÍTULO II  
DO REGIME DE EXPLORAÇÃO**

**Art. 3º** A exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa de que tratam o art. 29 da Lei nº 13.756, de 2018, e os arts. 4º e 6º da Lei nº 14.790, de 2023, em todo o território nacional, será exclusiva de pessoas jurídicas que receberem prévia autorização expedida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para atuar como agente operador de apostas.

**Art. 4º** Somente serão elegíveis à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração em território nacional, que atenderem a todas as exigências previstas na Lei nº 13.756, de 2018, na Lei nº 14.790, de 2023, nesta Portaria e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º A pessoa jurídica nacional, subsidiária de sociedade estrangeira, constituída segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional, poderá ser autorizada a explorar a loteria de apostas de quota fixa, observada a obrigatoriedade de participação de brasileiro como sócio detentor de ao menos vinte por cento do capital social da pessoa jurídica, nos termos do inciso IX do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023.

§ 2º Não é elegível à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa a pessoa jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

§ 3º A concessão da autorização pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa restringir-se-á às pessoas jurídicas requerentes constituídas sob a forma de:

I - sociedade empresária limitada; ou

II - sociedade anônima.

**CHAPTER II  
EXPLOITATION REGIME**

**Art 3** The commercial exploitation of the fixed-odds betting lottery referred to in art 29 of Law No. 13,756, of 2018, and arts 4 and 6 of Law No. 14,790, of 2023, throughout the national territory, shall be exclusive to corporate entities that have obtained a license issued by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to act as operators.

**Art 4** Only corporate entities incorporated under Brazilian law, with headquarters and management in national territory, which comply with the requirements established by Law No. 13,756, of 2018, Law No. 14,790, of 2023, by this Ordinance, and other regulations issued by the Ministry of Finance, shall be eligible for a license to exploit the fixed-odds betting lottery.

§ 1 National corporate entity, subsidiary of a foreign company, incorporated under Brazilian law, with headquarters and management in the national territory, may be licensed to exploit the fixed-odds betting lottery, subject to the requirement of Brazilian participation as a shareholder holding at least twenty percent of the corporate entity's share capital, in accordance with clause IX of § 1 of art 7 of Law No. 14,790, of 2023.

§ 2 Corporate entities that are branches, offices, agencies or representations in the country of corporate entities headquartered abroad are not eligible for a license to exploit the fixed-odds betting lottery.

§ 3 Licenses granted by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance for the commercial exploitation of the fixed-odds betting lottery shall be limited to corporate entities applying in the form of:

I – limited liability company (Ltda); or

II – corporate (corporation – S.A.).

<p><b>Art. 5º</b> A autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa observará as seguintes regras:</p> <p>I - será concedida com prazo de duração de cinco anos, mediante o pagamento de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerado o limite de até três marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização;</p> <p>II - terá caráter personalíssimo, inegociável e intransferível; e</p> <p>III - poderá ser requerida a qualquer tempo pelas pessoas jurídicas interessadas, observado o procedimento estabelecido nesta Portaria.</p> <p><b>Art. 6º</b> A autorização outorgada para exploração da loteria de apostas de quota fixa poderá ser revista sempre que houver, na pessoa jurídica autorizada, fusão, cisão, incorporação, transformação, bem como transferência ou modificação de controle societário direto ou indireto.</p> <p>§ 1º No prazo de trinta dias, contado da ocorrência das hipóteses previstas no caput, os agentes operadores autorizados deverão encaminhar à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda toda a documentação necessária à comprovação da manutenção do atendimento às regras e às condições estabelecidas nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares vigentes.</p> <p>§ 2º É facultado ao agente operador realizar consulta prévia à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda visando garantir que as alterações societárias pretendidas não acarretarão a revisão da autorização outorgada.</p> <p>§ 3º Nas situações previstas nos § 1º e § 2º deste artigo, o prazo de análise pela Secretaria de Prêmios e Apostas será de até cento e cinquenta dias, contado da data de envio da documentação ou da formalização da consulta, conforme o caso.</p> <p>§ 4º A revisão de autorização outorgada dar-se-á mediante processo administrativo específico, no qual serão assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa.</p>	<p><b>Art 5</b> The license for the commercial exploitation of the fixed-odds betting lottery shall comply with the following rules:</p> <p>I – shall be granted for a period of five years, against payment of BRL30,000,000.00 (thirty million Brazilian reais), limited to three commercial brands to be exploited by the corporate entity in its electronic channels per license;</p> <p>II – is granted to the specific operator and is non-negotiable and non-transferable; and</p> <p>III – may be applied for at any time by interested corporate entities, subject to the procedure established in this Ordinance.</p> <p><b>Art 6</b> The license granted for the exploitation of the fixed-odds betting lottery may be reviewed whenever there is a merger, spin-off, amalgamation, conversion as well as transfer or change of direct or indirect company control in the licensed corporate entity.</p> <p>§ 1 Within thirty days from the occurrence of the events provided in the caption, the licensed operator must submit to the Prizes and Betting Secretariat all necessary documentation to prove compliance with the rules and conditions established in this Ordinance and other applicable legal and regulatory norms in effect.</p> <p>§ 2 The operator may submit prior consultation to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to ascertain that the proposed company changes will not result in the review of the license granted.</p> <p>§ 3 In the events provided for in §§ 1 and 2 of this article, the review period by the Prizes and Betting Secretariat shall be up of to one hundred and fifty days from the date the documentation is submitted or the consultation is formalized, as the case may be.</p> <p>§ 4 The review of a granted license shall be conducted by a specific administrative proceedings, ensuring that the interested party is afforded the right to full defense and adversary system.</p>
---	--

<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DA AUTORIZAÇÃO</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>CHAPTER III CRITERIA FOR OBTAINING A LICENSE</b></p>
<p><b>Art. 7º</b> O requerimento para obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa será acompanhado dos documentos que comprovem a:</p> <p>I - habilitação jurídica;                      II - regularidade fiscal e trabalhista;                      III - idoneidade;                      IV - qualificação econômico-financeira; e                      V - qualificação técnica.</p> <p>§ 1º Os documentos originalmente produzidos em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa por tradutor público juramentado brasileiro.</p> <p>§ 2º O requerimento de autorização, as declarações e os demais formulários anexos a esta Portaria deverão ser preenchidos e assinados digitalmente, observadas as orientações constantes de cada documento.</p> <p>§ 3º A assinatura digital de que trata o § 2º deve ser realizada por meio de:</p> <p>I - certificado digital emitido por Autoridade Certificadora da ICP-Brasil, no padrão PAdES; ou</p> <p>II - conta gov.br com nível de segurança e acesso prata ou ouro.</p> <p>§ 4º É vedado à pessoa jurídica requerente alterar o teor dos documentos de que trata o § 2º deste artigo, salvo ajustes formais necessários a seu adequado preenchimento.</p> <p>§ 5º Os documentos de que trata o § 2º deste artigo poderão ser assinados fisicamente, com firma reconhecida, quando for inviável que a pessoa natural estrangeira possua assinatura digital no País.</p>	<p><b>Art 7</b> The application for obtaining a license for the commercial exploitation of the fixed-odds betting lottery shall be supported by documents proving:</p> <p>I – legal qualification;                      II – tax and labour regularity;                      III – integrity;                      IV – economic and financial qualification; and                      V – technical qualification.</p> <p>§ 1 Documents originally produced in a foreign language must be translated into Portuguese by a certified Brazilian public translator.</p> <p>§ 2 The application for a license, the declarations, and other forms attached to this Ordinance must be completed and digitally signed, in accordance with the instructions provided in each document.</p> <p>§ 3 The digital signature referred to in § 2 must be applied using:</p> <p>I – a digital certificate issued by a Certification Authority of ICP-Brasil, in the PadES standard; or</p> <p>II – a gov.br account with silver or gold security level and access.</p> <p>§ 4 The applicant corporate entity is prohibited from altering the contents of the documents referred to in § 2 of this article, except for formal adjustments necessary for their proper completion.</p> <p>§5 The documents referred to in § 2 of this article may be physically signed, with notarized signatures, when it is not feasible for the foreign individual to have a digital signature in the country.</p>

<b>Seção I - Habilitação Jurídica</b>	<b>Section I – Legal Qualification</b>
<p><b>Art. 8º</b> A habilitação jurídica será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:</p>	<p><b>Art 8</b> Legal qualification shall be proven by submitting the following documents:</p>
<p>I - requerimento de autorização, conforme modelo constante do Anexo I;</p>	<p>I – license application, as per the template set out in Annex I;</p>
<p>II - formulário de identificação dos controladores, dos detentores de participação qualificada, dos administradores e dos beneficiários finais, conforme modelo constante do Anexo II, observado o disposto nos § 1º a § 4º deste artigo;</p>	<p>II – identification form for controllers, holders of qualified interest, managers and ultimate beneficial owners, as per the template set out in Annex II, in compliance with §§ 1 to 4 of this article;</p>
<p>III - formulário cadastral dos controladores e dos detentores de participação qualificada, aplicável a pessoas jurídicas, conforme modelo constante do Anexo III;</p>	<p>III – registration form for controllers and holders of qualified interest, applicable to corporate entities, as per the template set out in Annex III;</p>
<p>IV - formulário cadastral do representante legal, dos controladores, dos detentores de participação qualificada, dos beneficiários finais e dos administradores, aplicável a pessoas naturais, conforme modelo constante do Anexo IV;</p>	<p>IV – registration form for the legal representative/authorized signatory, controllers, holders of qualified interest, ultimate beneficial owners and managers, applicable to individuals, as per the template set out in Annex IV;</p>
<p>V - formulário cadastral das instituições financeiras e de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que prestarão serviços financeiros ao agente operador, conforme modelo constante do Anexo V;</p>	<p>V – registration form for financial and payment institutions authorized to operate by the Central Bank of Brazil that will provide financial services to the operator, as per the template set out in Annex V;</p>
<p>VI - declaração de observância às regras gerais relativas às transações de pagamento, constantes de regulamento específico da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, firmada pela pessoa jurídica requerente e pelas instituições de que trata o inciso anterior, conforme modelo constante do Anexo V;</p>	<p>VI – declaration of compliance with the general rules related to payment transactions, contained in the specific regulation of the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, signed by the applicant corporate entity and the institutions referred to in the previous clause, as per the template set out in Annex V;</p>
<p>VII - certidões emitidas pelo Banco Central do Brasil, que comprovem que as instituições de que trata o inciso V do caput possuem autorização para funcionar como instituição financeira ou de pagamento;</p>	<p>VII – certificates issued by the Central Bank of Brazil, proving that the institutions referred to in clause V of the caption are authorized to operate as financial or payment institutions;</p>
<p>VIII - inteiro teor do contrato social ou estatuto da pessoa jurídica requerente, devidamente registrados no órgão competente;</p>	<p>VIII – the full contents of the articles of association or by-laws of the applicant corporate entity, duly registered with the competent authority;</p>

<p>IX - ato societário que deliberou sobre a eleição ou nomeação dos administradores ou documentos equivalentes, devidamente registrados no órgão competente;</p>	<p>IX – corporate resolution that elected or appointed the managers or directors or equivalent documents, duly registered with the competent authority;</p>
<p>X - ato de outorga de poderes ao representante legal da pessoa jurídica requerente;</p>	<p>X – document granting the authority to the legal representative/authorized signatory of the applicant corporate entity;</p>
<p>XI - comprovante de endereço principal da pessoa jurídica requerente;</p>	<p>XI – proof of the principal address (headquarters) applicant corporate entity’s;</p>
<p>XII - cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica requerente, observado o disposto no § 5º deste artigo;</p>	<p>XII – enrollment with the Federal Corporate Taxpayers’ Registry (CNPJ) of the applicant corporate entity, observing § 5 of this article;</p>
<p>XIII - organograma interno da pessoa jurídica requerente, acompanhado da descrição das principais competências de cada área, observado o disposto no § 6º deste artigo; e</p>	<p>XIII – internal organizational chart of the applicant corporate entity, accompanied by a description of the main responsibilities of each area, observing § 6 of this article; and</p>
<p>XIV - estrutura organizacional do grupo econômico a que pertence a pessoa jurídica requerente, se aplicável.</p>	<p>XIV – organizational structure of the economic group to which the applicant corporate entity belongs, if applicable.</p>
<p>§ 1º No formulário de que trata o inciso II do caput, deverão ser identificados todos os administradores da pessoa jurídica requerente.</p>	<p>§ 1 In the form referred to in clause II of the caption, all managers of the applicant corporate entity must be identified.</p>
<p>§ 2º No formulário de que trata o inciso II do caput, além do disposto no § 1º deste artigo, deverão ser designados os responsáveis pelas seguintes áreas:</p>	<p>§ 2 In the form referred to in clause II of the caption, in addition to the provisions of § 1 of this article, the persons responsible for the following areas must be designated:</p>
<p>I - contábil e financeira;</p>	<p>I – accounting and finance;</p>
<p>II - tratamento e segurança de dados pessoais;</p>	<p>II – personal data processing and security;</p>
<p>III - segurança operacional do sistema de apostas;</p>	<p>III – operational security of the betting system;</p>
<p>IV - integridade e compliance;</p>	<p>IV – integrity and compliance;</p>
<p>V - atendimento aos apostadores e ouvidoria, em observância ao disposto no inciso VI do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023; e</p>	<p>V – customer support service and ombudsman, in accordance with the provisions of clause VI of § 1 of art 7 of Law No. 14,790, of 2023; and</p>
<p>VI - relacionamento com o Ministério da Fazenda, em observância ao disposto no inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023.</p>	<p>VI – relationship with the Ministry of Finance, in accordance with the provisions of clause IV of § 1 of art 7 of Law No. 14,790, of 2023.</p>

<p>§ 3º Os responsáveis pelas áreas de que tratam os incisos I, IV, V e VI do § 2º deste artigo deverão exercer o cargo de diretor ou equivalentes.</p> <p>§ 4º É vedado o acúmulo de funções pelos responsáveis pelas áreas de que tratam os incisos I a V do § 2º deste artigo.</p> <p>§ 5º A pessoa jurídica requerente deverá se registrar na Junta Comercial com o objeto social principal de "Exploração de Apostas de Quota Fixa", utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 9200-3/99, subclasse "Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente".</p> <p>§ 6º O organograma interno de que trata o inciso XIII do caput deverá evidenciar a previsão na estrutura da pessoa jurídica requerente do componente de ouvidoria e de canal específico para atendimento às demandas de órgãos públicos, em observância, respectivamente, ao inciso V do caput do art. 7º e ao art. 37 da Lei nº 14.790, de 2023.</p>	<p>§ 3 The persons responsible for the areas referred to in clauses I, IV, V, and VI of § 2 of this article must hold the position of director or equivalent.</p> <p>§ 4 It is prohibited for the persons responsible for the areas referred to in clauses I to V of § 2 of this article to accumulate functions.</p> <p>§ 5 The applicant corporate entity must register with the Commercial Registry with the main corporate purpose of “Exploitation of the fixed-odds Betting,” using the National Classification of Economic Activities – CNAE 9200-3/99, subclass “Exploitation of games of chance and betting not previously specified.”</p> <p>§ 6 The internal organizational chart referred to in clause XIII of the caption must show the inclusion in the structure of the applicant corporate entity of an ombudsman component and a specific channel for handling demands from public bodies, in accordance with clause V of the caption of Art 7 and Art 37 of Law No. 14,790, of 2023.</p>
<p><b>Seção II - Regularidade Fiscal e Trabalhista</b></p> <p><b>Art. 9º</b> A regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica requerente será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:</p> <p>I - certidão conjunta referente aos tributos federais e à dívida ativa da União, administrados, no âmbito de suas competências, pela Secretaria Especial da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que comprove a regularidade fiscal junto à Fazenda Nacional;</p> <p>II - certidão de regularidade junto à Fazenda estadual ou distrital onde a pessoa jurídica requerente for sediada, inclusive quanto à dívida ativa;</p> <p>III - certidão de regularidade junto à Fazenda municipal onde a pessoa jurídica requerente for sediada, inclusive quanto à dívida ativa;</p> <p>IV - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal; e</p>	<p><b>Section II – Tax and Labour Compliance</b></p> <p><b>Art 9</b> The tax and labour compliance of the applicant corporate entity shall be proven by submitting the following documents:</p> <p>I – joint certificate relative to federal taxes and the active debt with the Union, within the scope of their competence, issued by the Special Secretariat of the Federal Revenue Secretary and the Attorney General’s Office of the National Treasury, proving fiscal regularity with the National Treasury; to proof compliance with the National Treasury;</p> <p>II – certificate of good standing with the state or district tax authorities where the applicant corporate entity is headquartered, including regarding tax indebtedness (active debt);</p> <p>III – certificate of good standing with the municipal Treasury where the applicant corporate entity is headquartered, including regarding tax indebtedness (active debt);</p> <p>IV – certificate of good standing with the Severance Pay Fund – CRF, issued by Caixa Econômica Federal; and</p>



<p>V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p><b>Seção III - Comprovação da Idoneidade</b></p> <p><b>Art. 10.</b> A comprovação da idoneidade será demonstrada por meio da apresentação dos seguintes documentos:</p> <p>I - no caso da pessoa jurídica requerente:</p> <p>a) declaração de reputação ilibada, conforme modelo constante do Anexo VI;</p> <p>b) certidão negativa correcional, emitida pela Controladoria-Geral da União, consolidando os dados dos Sistemas ePAD e CGU-PJ, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e do Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM; e</p> <p>c) certidão negativa de licitantes inidôneos e inabilitados, emitida pelo Tribunal de Contas da União;</p> <p>II - no caso dos controladores e detentores de participação qualificada, quando pessoas jurídicas, inclusive se domiciliados no exterior:</p> <p>a) declaração de reputação ilibada, conforme modelo constante do Anexo VI; e</p> <p>b) declaração da origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente, conforme modelo constante do Anexo VIII; e</p> <p>III - no caso dos controladores, detentores de participação qualificada, beneficiários finais, administradores e responsável legal, quando pessoas naturais, inclusive se estrangeiros:</p> <p>a) declaração de reputação ilibada, conforme modelo constante do Anexo VII;</p>	<p>V – Clearance Certificate of Labour Debts – CNDT, issued by the Superior Labour Court.</p> <p><b>Section III – Proof of Integrity</b></p> <p><b>Art 10</b> Proof of integrity shall be demonstrated by submitting the following documents:</p> <p>I – in respect of the applicant corporate entity:</p> <p>a) declaration of reputable good standing, as per the template set out in Annex VI;</p> <p>b) correctional clearance certificate, issued by the Office of the Comptroller General, consolidating data from the ePAD and CGU-PJ Systems, the National Registry of Disreputable and Suspended Companies – CEIS, the National Registry of Punished Companies – CNEP, and the Registry of Private non-Profit Entities Prevented from Contracting – CEPIM; and</p> <p>c) clearance certificate of unfit or disqualified bidders issued by the Federal Court Auditors;</p> <p>II – in respect of controllers and holders of qualified interest, when corporate entities, including if domiciled abroad:</p> <p>a) declaration of reputational good standing, as per the template set out in Annex VI; and</p> <p>b) declaration of the lawful origin of the funds comprising the share capital of the applicant corporate entity, as per the template set out in Annex VIII; and</p> <p>III – in the case of controllers, holders of qualified interest, ultimate beneficial owners, managers and legal representatives, when individuals, including if foreign:</p> <p>a) declaration of reputable good standing, as per the template set out in Annex VII;</p>
---	--

<p>b) declaração da origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente, aplicável aos controladores, detentores de participação qualificada e beneficiários finais, conforme modelo constante do Anexo VIII, observado o disposto no § 2º deste artigo;</p> <p>c) certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Polícia Federal;</p> <p>d) certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Polícia civil estadual ou do Distrito Federal do local de domicílio da pessoa natural; e</p> <p>e) certidões expedidas pelas Justiças federal e estadual ou do Distrito Federal e Territórios do local de domicílio da pessoa natural, que comprovem a inexistência de condenação por improbidade administrativa, de condenação com pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ou de condenação pelos crimes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. falimentar;</li> <li>2. de sonegação fiscal;</li> <li>3. de corrupção ativa ou passiva;</li> <li>4. de concussão;</li> <li>5. de peculato;</li> <li>6. de prevaricação;</li> <li>7. contra a economia popular;</li> <li>8. contra a fé pública;</li> <li>9. contra a propriedade intelectual; e</li> <li>10. contra o Sistema Financeiro Nacional.</li> </ol> <p>§ 1º No caso de pessoas naturais estrangeiras, deverão ser apresentados, além da declarações de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso III do caput, documentos equivalentes aos previstos nas alíneas "c" a "e" do mesmo inciso emitidos por autoridade competente em seu país de origem, observado o disposto no § 1º do art. 7º.</p> <p>§ 2º A pessoa jurídica requerente deverá manter à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda os documentos que comprovem a declaração da origem lícita dos recursos de que tratam a alínea "b" do inciso II e a alínea "b" do inciso III do caput.</p>	<p>b) declaration of the lawful origin of the resources comprising the share capital of the applicant corporate entity, applicable to controllers, holders of qualified interest and ultimate beneficial owners, as per the template set out in Annex VIII, in compliance with § 2 of this article;</p> <p>c) clearance certificate of criminal records, issued by the Federal Police;</p> <p>d) clearance certificate of criminal records, issued by the State or Federal District Civil Police at the domicile location of the individual; and</p> <p>e) certificates issued by the federal and state or Federal District and Territories Courts at the domicile location of the individual, proving the absence of convictions for administrative improbity, convictions with criminal penalties that disqualify, even temporarily, access to public office by final and non-appealable judgment, or convictions for the crimes bellow:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. bankruptcy related crime;</li> <li>2. tax evasion;</li> <li>3. active or passive corruption;</li> <li>4. extortion;/concussion</li> <li>5. embezzlement;</li> <li>6. nonfeasance/prevarication</li> <li>7. against the public economy;</li> <li>8. against public faith;</li> <li>9. against intellectual property; and</li> <li>10. against the National Financial System.</li> </ol> <p>§ 1 In respect of foreign individuals, in addition to the declarations referred to in clauses "a" and "b" of clause III of the caption, documents equivalent to those provided for in clauses "c" to "e" of the same item issued by a competent authority in their country of origin must be submitted, in compliance with the provisions of § 1 of Art 7.</p> <p>§ 2 The applicant corporate entity must maintain available to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance the documents proving the declaration of the lawful origin of the resources referred to in clause "b" of clause II and clause "b" of clause III of the caption.</p>
--	--

Seção IV - Qualificação Econômico-Financeira	Section IV – Economic-Financial Qualification
<p><b>Art. 11.</b> A qualificação econômico-financeira da pessoa jurídica requerente será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:</p>	<p><b>Art 11.</b> The economic-financial qualification of the applicant corporate entity shall be proven by submitting the following documents:</p>
<p>I - certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica requerente, com data de emissão, no máximo, de sessenta dias anteriores à data de protocolo do requerimento de autorização;</p>	<p>I – clearance certificate of bankruptcy or judicial restructuring issued by the Court of the jurisdiction of the headquarters of the applicant corporate entity, with a date of issue no more than sixty days prior to the date of filing the license application;</p>
<p>II - demonstrações financeiras dos dois últimos exercícios financeiros, ou do último exercício, se a pessoa jurídica requerente tiver sido constituída há menos de dois anos, incluindo balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e do fluxo de caixa, devidamente aprovadas pela assembleia geral ou sócios, conforme o caso, apresentadas na forma da lei e assinadas pelo diretor financeiro da pessoa jurídica requerente ou pelo ocupante de cargo equivalente, observado o disposto nos § 2º e § 3º deste artigo;</p>	<p>II – financial statements for the last two financial years, or for the last financial year if the applicant corporate entity has been incorporated for less than two years, including balance sheet, income statement, and cash flow statement, duly approved by the general assembly or shareholders, as applicable, submitted in accordance with the law and signed by the financial director of the applicant corporate entity or by the holder of an equivalent position, in compliance with the provisions of § 2 and § 3 of this article;</p>
<p>III - comprovante de constituição de reserva financeira, no valor mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), observado o disposto no art. 14 e as regras constantes de regulamento específico sobre transações de pagamento editado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda;</p>	<p>III – proof of setting up a financial reserve, in the minimum amount of BRL5,000,000.00 (five million Brazilian reais), in compliance with the provisions of art 14 and the rules provided for in the specific regulation on payment transactions issued by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance;</p>
<p>IV - comprovante de integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), observado o disposto no art. 14;</p>	<p>IV – proof of payment in Brazilian currency of the minimum share capital of BRL30,000,000.00 (thirty million Brazilian reais), in compliance with the provisions of art 14;</p>
<p>V - comprovante de patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), observado o disposto no art.14; e</p>	<p>V – proof of minimum net worth of BRL30,000,000.00 (thirty million Brazilian reais), in compliance with the provisions of Art 14; and</p>
<p>VI - declaração de capacidade econômico-financeira dos controladores, conforme modelo constante do Anexo X.</p>	<p>VI – declaration of economic financial capacity of the controllers, according to the template set out in Annex X.</p>
<p>§ 1º A pessoa jurídica autorizada deverá respeitar permanentemente os limites mínimos estabelecidos nos incisos III a V do caput, observado o disposto em regulamento específico e o § 4º deste artigo.</p>	<p>§ 1 The licensed corporate entity must permanently comply with the minimum thresholds established in clauses III through V of the caption, in compliance with the provisions of the specific regulation and § 4 of this article.</p>

<p>§ 2º No caso de pessoas jurídicas constituídas há menos de um ano, em substituição às demonstrações de que trata o inciso II do caput, será exigida a apresentação de:</p> <p>I - balanço patrimonial de abertura;</p> <p>II - fluxo de caixa projetado para os próximos dois exercícios financeiros; e</p> <p>III - relatório assinado pelo diretor financeiro ou função equivalente com o detalhamento das hipóteses econômico-financeiras adotadas nas projeções, observado o disposto no § 3º deste artigo.</p> <p>§ 3º As demonstrações financeiras de que trata este artigo, inclusive aquelas mencionadas nos incisos I e II do § 2º, deverão ser apresentadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e estar acompanhadas das respectivas notas explicativas e de parecer de auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.</p> <p>§ 4º Caso a pessoa jurídica requeira autorizações adicionais, visando operar mais de três marcas comerciais, considerando o limite de até três por ato de autorização, serão exigidos complementarmente:</p> <p>I - o pagamento da outorga de autorização, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por ato de autorização deferido;</p> <p>II - a constituição do valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a título de reserva financeira, por ato de autorização deferido; e</p> <p>III - a integralização em moeda corrente do capital social de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e a manutenção de patrimônio líquido em montante não inferior ao capital social, por ato de autorização deferido.</p> <p><b>Seção V - Qualificação Técnica</b></p> <p><b>Art. 12.</b> A qualificação técnica da pessoa jurídica requerente será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:</p>	<p>§ 2 In respect of corporate entities incorporated for less than one year, in lieu of the financial statements referred to in clause II of the caption, the following shall be required:</p> <p>I – opening balance sheet;</p> <p>II – projected cash flow for the next two financial years; and</p> <p>III – report signed by the financial director or equivalent position detailing the economic and financial assumptions adopted in the projections, in compliance with § 3 of this article.</p> <p>§ 3 The financial statements referred to in this article, including those mentioned in clauses I and II of § 2, must be prepared in accordance with Brazilian accounting standards issued by the Federal Accounting Council and be accompanied by the respective explanatory notes and report from an independent auditor registered with the Brazilian Securities Commission – CVM.</p> <p>§ 4 If the corporate entity applies for additional licenses to operate more than three commercial brands, taking into account the limit of up to three per license, the following shall be additionally required:</p> <p>I – payment of the license fee, in the amount of BRL30,000,000.00 (thirty million Brazilian reais), per license granted;</p> <p>II – constitution of the amount of BRL5,000,000.00 (five million Brazilian reais), as a financial reserve, per license granted; and</p> <p>III – payment, in Brazilian currency, of the share capital of BRL15,000,000.00 (fifteen million Brazilian reais) and maintenance of net worth in an amount not less than the share capital, per license granted.</p> <p><b>Section V – Technical Qualification</b></p> <p><b>Art 12.</b> The technical qualification of the applicant corporate entity shall be proven by submitting the following documents:</p>
---	--

<p>I - protocolo de solicitação ou certificado técnico do sistema de apostas, emitido por laboratório com capacidade operacional reconhecida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento específico e o disposto no art. 14;</p> <p>II - declaração, conforme modelo constante do Anexo IX, de adoção e de implementação de políticas, de procedimentos e de controles internos de:</p> <p>a) prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, especialmente quanto ao cumprimento dos deveres previstos nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda;</p> <p>b) jogo responsável e prevenção aos transtornos de jogo patológico, observados os requisitos mínimos constantes do art. 16 da Lei nº 14.790, de 2023, e demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda;</p> <p>c) código de conduta e de difusão de boas práticas de publicidade e propaganda;</p> <p>d) integridade de apostas e prevenção à manipulação de resultados e outras fraudes de que trata o art. 19 da Lei nº 14.790, de 2023;</p> <p>e) gerenciamento do risco de liquidez, observadas as regras constantes de regulamento específico sobre transações de pagamento editado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda;</p> <p>f) continuidade de Tecnologia da Informação, observados os requisitos mínimos constantes de regulamento específico sobre sistemas de apostas editado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; e</p> <p>g) estrutura de governança corporativa compatível com a complexidade, especificidade e riscos do negócio;</p>	<p>I – receipt of application or technical certificate of the betting system, issued by a laboratory with operational capacity authorized by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, in compliance with the technical requirements defined in specific regulations and in art 14;</p> <p>II – declaration, as per the template set out in Annex IX, confirming the adoption and implementation of policies, procedures, and internal controls for:</p> <p>a) prevention of money laundering, terrorism financing, and the proliferation of weapons of mass destruction, especially with regard to compliance with the obligations provided for in arts 10 and 11 of Law No. 9,613, of 3<sup>rd</sup> March 1998, Law No. 13,260, of 16<sup>th</sup> March 2016, and other regulatory standards issued by the Ministry of Finance;</p> <p>b) responsible gaming and prevention of pathological gaming disorders, in accordance with the minimum requirements provided for in art 16 of Law No. 14,790, of 2023, and other regulatory standards issued by the Ministry of Finance;</p> <p>c) code of conduct and dissemination of best practices in advertising and marketing;</p> <p>d) betting integrity and prevention of match-fixing and other frauds as addressed in art 19 of Law No. 14,790, of 2023;</p> <p>e) liquidity risk management, in compliance with the rules established in the specific regulation on payment transactions issued by the Prizes and Bets Secretariat of the Ministry of Finance;</p> <p>f) continuity of Information Technology, in accordance with the minimum requirements established in the specific regulation on betting systems issued by the Prizes and Bets Secretariat of the Ministry of Finance; and</p> <p>g) corporate governance structure compatible with the complexity, specificity and risks of the business;</p>
--	---

<p>III - descrição da estrutura do sistema de atendimento a apostadores, sediado no Brasil, com atendimento em língua portuguesa, operacionalizado por canal eletrônico e telefônico gratuitos, em regime de funcionamento de vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, apto a atender às reclamações, dúvidas e demais problemas relacionados às apostas, observado o disposto no art. 14;</p> <p>IV - comprovante de conhecimento e experiência em jogos, apostas ou loterias de pelo menos um dos integrantes do grupo de controle da pessoa jurídica requerente, admitindo-se documentos que atestem:</p> <p>a) no caso de pessoas naturais, possuir experiência profissional mínima de três anos nas áreas de jogos, apostas ou loterias ou conexas; ou</p> <p>b) no caso de pessoas naturais ou jurídicas, ser ou já ter sido detentor de participação societária qualificada em pessoas jurídicas que tenham por objeto social jogos, apostas ou loterias;</p> <p>V - comprovante e declaração de atendimento aos requisitos para posse e exercício de cargos de administração, conforme modelo constante do Anexo VII e observado o disposto no § 1º deste artigo;</p> <p>VI - comprovante de cadastro na plataforma digital de que trata o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015;</p> <p>VII - comprovante de que a pessoa jurídica requerente integra ou está associada a organismo de monitoramento da publicidade responsável;</p> <p>VIII - comprovante de que a pessoa jurídica requerente integra ou está associada a organismo ou entidade independente de monitoramento da integridade esportiva, nacional ou estrangeira, que tenha por objetivo o combate à manipulação de resultados de eventos esportivos; e</p> <p>IX - relação de todas as licenças de operação e comercialização de apostas de quota fixa em outras jurisdições e Estados da Federação, caso possua, em nome da pessoa jurídica requerente ou de seus</p>	<p>III – description of the structure of the customer support service system for bettors, based in Brazil, with service provided in Portuguese, operated by free electronic and telephone channels, functioning 24 hours a day, seven days a week, capable of addressing complaints, queries and other issues relative to betting, in accordance with the provisions of art 14;</p> <p>IV – proof of knowledge and experience in games, betting or lottery of at least one member of the controlling group of the applicant corporate entity, accepting documents that attest to:</p> <p>a) in respect of individuals, having a minimum of three years of professional experience in the areas of games, betting, or lotteries, or related fields; or</p> <p>b) in respect of individuals or corporate entities, currently or previously holding a qualified ownership interest in corporate entities whose corporate purpose involves games, betting, or lottery;</p> <p>V – proof and declaration of compliance with the requirements for holding and exercising managerial positions, in accordance with the template in Annex VII and pursuant to the provisions of § 1 of this article;</p> <p>VI – proof of registration on the digital platform referred to in Decree No. 8,573, of 19<sup>th</sup> November 2015;</p> <p>VII – proof that the applicant corporate entity is a member of or is associated with an organization for the monitoring of responsible advertising.</p> <p>VIII – proof that the applicant corporate entity is a member of or associated with an independent national or international organization or entity dedicated to monitoring sports integrity, with the purpose of combating the match-fixing; and</p> <p>IX – a list of all fixed-odds betting operation and marketing licenses in other jurisdictions and states of the Federation, if applicable, in the name of the applicant corporate entity or its controllers,</p>
---	--

<p>controladores, inclusive no exterior, contendo número de identificação, data da concessão, período de vigência e localidade.</p> <p>§ 1º Em observância ao disposto no inciso III do art. 7º e no art. 11 da Lei nº 14.790, de 2023, os administradores da pessoa jurídica requerente deverão atender aos requisitos de idoneidade previstos no inciso III do art. 10 e possuir, ao menos, um dos requisitos abaixo:</p> <p>I - experiência profissional mínima de três anos em área conexa àquela que atuarão como administradores; ou</p> <p>II - formação acadêmica de nível superior em área compatível com o cargo a ser exercido.</p> <p>§ 2º A pessoa jurídica requerente deverá manter à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda documentos que comprovem a declaração de que trata o inciso II do caput.</p> <p><b>Seção VI - Documentação Complementar e Prazo Adicional</b></p> <p><b>Art. 13.</b> No curso da avaliação do requerimento de autorização, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá solicitar, por meio do Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP referido no art. 15, documentos ou informações complementares.</p> <p>§ 1º A pessoa jurídica requerente deverá apresentar os documentos ou informações complementares no prazo de quinze dias, contado da notificação enviada por meio do SIGAP, observado o disposto no art. 25.</p> <p>§ 2º O prazo de que trata o art. 16 ficará suspenso até a apresentação dos documentos de que trata o caput.</p> <p>§ 3º A não apresentação, sem justificativa, dos documentos ou informações complementares no prazo de que trata o § 1º deste artigo acarretará o arquivamento definitivo do requerimento de autorização.</p>	<p>including those abroad, containing identification number, date of issuance, validity term and location.</p> <p>§ 1 In compliance with the provisions of clause III of art 7 and art 11 of Law No. 14,790, of 2023, the managers of the applicant corporate entity must comply with the integrity requirements contained in clause III of art 10 and possess at least one of the following qualifications:</p> <p>I – a minimum of three years of professional experience in a field related to that in which they will act as managers; or</p> <p>II – a university degree in a field compatible with the position to be held.</p> <p>§ 2 The applicant corporate entity must keep available for the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance documents that prove the declaration referred to in clause II of the caption.</p> <p><b>Section VI – Additional Documentation and Extension Period</b></p> <p><b>Art 13</b> During the evaluation of the license application, the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance may request, on the Betting Management System – SIGAP referred to in art 15, additional documents or information.</p> <p>§ 1 The applicant corporate entity must submit the additional documents or information within fifteen days as from the notification sent through SIGAP, in accordance with the provisions of art 25.</p> <p>§ 2 The term referred to in art 16 will be suspended until the submission of the documents referred to in the caption.</p> <p>§ 3 Failure to submit, without explanation, the additional documents or information within the term referred to in § 1 of this article will result in the definitive shelving of the license application.</p>
---	--

<p><b>Art. 14.</b> Os seguintes comprovantes poderão ser apresentados no prazo de até trinta dias, contado da notificação de que trata o caput do art. 16, observado o disposto no art. 25:</p> <p>I - pagamento pela outorga de autorização de que trata o inciso I do caput art. 5º, observado o disposto no art. 16;</p> <p>II - constituição da reserva financeira de que trata o inciso III do caput do art. 11;</p> <p>III - integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso IV do caput do art. 11, assim como a declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social de que tratam as alíneas "b" do inciso II e "b" do inciso III do caput do art. 10;</p> <p>IV - patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso V do caput do art. 11;</p> <p>V - certificado técnico de que trata o inciso I do caput do art. 12, no caso das pessoas jurídicas requerentes que tenham apresentado o protocolo de solicitação; e</p> <p>VI - implantação do sistema de atendimento aos apostadores de que trata o inciso III do caput do art. 12.</p> <p>§ 1º Os demais comprovantes de atendimento às exigências estabelecidas nesta Portaria deverão ser apresentados em conjunto com o requerimento de autorização de que trata o art. 15.</p> <p>§ 2º O descumprimento do prazo previsto no caput para apresentação do comprovante relativo ao inciso I do caput importará o arquivamento definitivo do requerimento de autorização.</p> <p>§ 3º O descumprimento do prazo previsto no caput para apresentação dos comprovantes relativos aos incisos II a VI do caput importará a suspensão do procedimento de autorização.</p>	<p><b>Art 14</b> The following documents may be submitted within thirty days as from the notification referred to in the caption of art 16, in compliance with art 25:</p> <p>I - proof of payment for the granting of the license as referred to in clause I of the caption of art 5, in compliance with art 16;</p> <p>II - constitution of the financial reserve as referred to in clause III of the caption of art 11;</p> <p>III - full payment, in national currency, of the minimum share capital of BRL30,000,000.00 (thirty million reais) as referred to in clause IV of the caption of art 11, as well as the declaration of lawful origin of the funds used to pay up the share capital as referred to in items “b” of clause II and “b” of clause III of the caption of art 10;</p> <p>IV - minimum net worth of BRL30,000,000.00 (thirty million reais) as referred to in clause V of the caption of art 11;</p> <p>V - technical certificate as referred to in clause I of the caption of art 12, in the case of applicant corporate entities that have submitted the application docket; and</p> <p>VI - implementation of the bettor support system as referred to in clause III of the caption of art 12.</p> <p>§ 1. All other proof of compliance with the requirements established in this Ordinance shall be submitted together with the license application referred to in art 15.</p> <p>§ 2. Failure to submit the proof referred to in clause I of the caption within the specified term shall result in the definitive shelving of the license application.</p> <p>§ 3. Failure to submit the proof referred to in clauses II to VI of the caption within the specified term shall result in the suspension of the license process.</p>
--	--



**CAPÍTULO IV  
DA AUTORIZAÇÃO, DO  
INDEFERIMENTO, DO RECURSO  
ADMINISTRATIVO E DA EXTINÇÃO DA  
AUTORIZAÇÃO**

**Seção I - Da Autorização e do Indeferimento**

**Art. 15.** O requerimento de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa e os demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das regras e condições estabelecidas nesta Portaria devem ser apresentados pelos interessados por meio do SIGAP da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

§ 1º O SIGAP poderá ser acessado por meio do endereço eletrônico <https://sigap.fazenda.gov.br>.

§ 2º As pessoas jurídicas interessadas poderão apresentar o requerimento de que trata o caput a partir da data de publicação desta Portaria.

§ 3º Caso haja qualquer intercorrência na disponibilização do SIGAP, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda publicará forma alternativa de envio do requerimento e demais documentos pela requerente.

§ 4º A informação de que trata o § 2º deste artigo será disponibilizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas>.

**Art. 16.** A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda deverá notificar as pessoas jurídicas requerentes em até cento e cinquenta dias, contados da data de protocolo do requerimento de autorização de que trata o art. 15 no SIGAP, para:

I - realizar o pagamento pela outorga de autorização, nos termos do art. 17, e apresentar os comprovantes de que trata o art. 14; ou

II - comunicar o indeferimento do requerimento de autorização, nos termos do art. 19.

**CHAPTER IV  
LICENSING, REJECTION,  
ADMINISTRATIVE APPEAL, AND  
CANCELLATION OF LICENSE**

**Section I – Licensing and Rejection**

**Art 15** The license application to commercially operate the fixed-odds betting lottery and the other documents necessary to prove compliance with the rules and conditions established in this Ordinance must be submitted by the interested parties using SIGAP of the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance.

§ 1 SIGAP may be accessed on the website <https://sigap.fazenda.gov.br>.

§ 2 Interested corporate entities may apply for the license referred to in the caption of this article as from the date of publication of this Ordinance.

§ 3 If there is any issue in the availability of SIGAP, the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance will publish an alternative method for the submission of the application and other documents by the applicant.

§ 4 The information referred to in § 2 of this article will be made available at the following electronic address: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas>.

**Art 16** The Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance must notify the applicant corporate entities within one hundred and fifty days as from the date of submission of the application for the license referred to in art 15 in SIGAP, to:

I - make the payment for the granting of the license, in accordance with art 17, and submit the documents referred to in art 14; or

II - communicate the rejection of the license application, in accordance with art 19.

<p>Parágrafo único. O prazo para notificação de que trata o caput deverá observar as hipóteses de suspensão de prazo previstas nesta Portaria.</p> <p><b>Art. 17.</b> Consideradas atendidas as exigências constantes desta Portaria e das demais normas legais e regulamentares vigentes, a pessoa jurídica requerente será notificada pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio do SIGAP, a realizar o pagamento pela outorga de autorização e apresentar os comprovantes de que trata o art. 14.</p> <p>§ 1º O comprovante de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional do montante de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais) por ato de autorização deverá ser encaminhado à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio do SIGAP, no prazo de até trinta dias, contado da data de notificação de que trata o caput, observado o disposto no art. 25.</p> <p>§ 2º O Pagamento pela outorga de autorização deverá ser realizado exclusivamente por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, via Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, devendo a instituição financeira que intermediar a operação observar as instruções a seguir:</p> <p>I - Tipo Pessoa: J (pessoa jurídica);</p> <p>II - CNPJ: CNPJ da requerente, obrigatoriamente com 14 dígitos, com dígitos verificadores consistentes;</p> <p>III - Nome: denominação social da pessoa jurídica requerente;</p> <p>IV - Código de Recolhimento TES: 10117 (5 posições);</p> <p>V - Código da Unidade Gestora: 170628 (6 posições);</p> <p>VI - Número Referência GRU: não preencher;</p> <p>VII - Ano Mês Competência - MM/AAAA: informar mês (2 posições) e ano (4 posições) em que ocorrer o pagamento;</p>	<p>Sole Paragraph. The deadline for notification referred to in the caption of this article must observe the circumstances of suspension of deadlines provided for in this Ordinance.</p> <p><b>Art 17</b> If the requirements established in this Ordinance and other legal and regulatory standards in effect are complied with, the applicant corporate entity will be notified by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, on SIGAP, to make the payment for the granting of license and submit the documents referred to in art 14.</p> <p>§ 1. Proof of payment to the Single Account of the National Treasury of the amount of BRL30 million (thirty million reais) per license must be submitted to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, on SIGAP, within thirty days as from the date of the notification referred to in the caption, in compliance with art 25.</p> <p>§ 2. The payment for the granting of the license must be made exclusively using the Union Collection Slip payment (GRU), using the Brazilian Payment System (SPB), and the financial institution mediating the transaction must observe the following instructions:</p> <p>I - Type of Person: J (corporate entity);</p> <p>II - CNPJ: Applicant's CNPJ, mandatorily with 14 digits, with consistent checking digits;</p> <p>III - Name: Company name of the applicant corporate entity;</p> <p>IV - TES Collection Code : 10117 (5 positions) ;</p> <p>V - Manager Unit Code : 170628 (6 positions) ;</p> <p>VI - GRU Reference Number: do not complete;</p> <p>VII - Competence Year Month – MM/YYYY: inform the month (2 positions) and year (4 positions) in which the payment occurs;</p>
--	---

<p>VIII - Data de Vencimento - DD/MM/AAAA: informar dia (2 posições), mês (2 posições) e ano (4 posições) de pagamento, respeitado o prazo limite de pagamento de que trata o § 1º deste artigo;</p> <p>IX - Valor principal: informar o valor de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais), com centavos, por ato de autorização; e</p> <p>X - Valor do lançamento: informar o valor de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais), com centavos, por ato de autorização.</p> <p><b>Art. 18.</b> Após o pagamento da outorga de autorização, desde que comprovado o atendimento aos incisos I a VI do caput do art. 14, a autorização será deferida por meio de publicação de portaria de autorização no Diário Oficial da União.</p> <p><b>Art. 19.</b> Serão indeferidos os requerimentos de autorização das pessoas jurídicas:</p> <p>I - cujos documentos apresentados sejam, na avaliação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, insuficientes para comprovar o atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 13.759, de 2018, na Lei nº 14.790, de 2023, nesta Portaria e demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda; ou</p> <p>II - considerados fraudulentos ou que possuam informações adulteradas ou inverídicas.</p> <p><b>Seção II - Do Recurso Administrativo</b></p> <p><b>Art. 20.</b> O indeferimento do requerimento de autorização será notificado à pessoa jurídica requerente por meio do SIGAP, cabendo recurso administrativo nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.</p> <p>§ 1º O recurso administrativo deverá ser dirigido à autoridade prolatora da decisão por meio do SIGAP, instruído com as razões e os documentos que a requerente entender pertinentes, e protocolado no prazo de até dez dias, contado da notificação de que trata o caput, observado o disposto no art. 25.</p>	<p>VIII - Due Date – DD/MM/YYYY: inform the day (2 positions), month (2 positions), and year (4 positions) of payment, respecting the payment deadline referred to in § 1 of this article;</p> <p>IX - Principal amount: inform the amount of BRL30 million (thirty million reais), including cents, per license;</p> <p>X - Amount of entry: inform the amount of BRL30 million (thirty million reais), including cents, per license.</p> <p><b>Art 18</b> After payment for the granting of license is made, provided that compliance with clauses I to VI of the caption of art 14 is proven, the license will be granted with the publication of a license ordinance in the Official Gazette of the Union.</p> <p><b>Art 19</b> License applications of corporate entities will be rejected if:</p> <p>I - the documents submitted are deemed, by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, insufficient to confirm compliance with the requirements provided by Law No. 13,759 of 2018, Law No. 14,790 of 2023, this Ordinance, and other regulatory standards issued by the Ministry of Finance; or</p> <p>II - are considered fraudulent or contain altered or false information.</p> <p><b>Section II – Administrative Appeal</b></p> <p><b>Art 20</b> The rejection of the license application will be notified to the applicant corporate entity on SIGAP, allowing for an administrative appeal in accordance with Law No. 9,784, of 29<sup>th</sup> January 1999.</p> <p>§ 1. The administrative appeal must be addressed to the authority that rendered the decision on SIGAP, accompanied by the reasons and documents the applicant deems relevant, and filed within ten days as from the notification referred to in the caption, in compliance with art 25.</p>
--	---

<p>§ 2º Ao término do prazo de que trata o §1º deste artigo, caso não seja protocolado recurso, o processo será definitivamente arquivado.</p> <p><b>Seção III - Da Extinção da Autorização</b></p> <p><b>Art. 21.</b> Extingue-se a autorização por:</p> <p>I - decurso do prazo de que trata o inciso I do caput do art. 5º;</p> <p>II - revogação, por razões de oportunidade e conveniência, para melhor adequação às finalidades de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;</p> <p>III - anulação, quando se verificar vício de legalidade no ato de autorização;</p> <p>IV - cassação, nos casos previstos em lei, nesta Portaria e em regulamentação específica, quando se verificar descumprimento dos requisitos e condições estabelecidos para a autorização e para a exploração comercial autorizada das apostas de quota fixa;</p> <p>V - renúncia, a pedido do agente operador; ou</p> <p>VI - decretação de falência ou extinção do agente operador.</p> <p>§ 1º A extinção da autorização outorgada importará impedimento da continuidade da prestação dos serviços, não cabendo qualquer tipo de indenização ao agente operador autorizado.</p> <p>§ 2º A extinção da autorização outorgada, nas hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do caput, dar-se-á mediante processo administrativo específico, no qual serão assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>§ 3º Em caso de extinção da autorização:</p> <p>I - as apostas em aberto cujo objeto sejam eventos reais de temática esportiva ainda não ocorridos deverão ser canceladas; e</p>	<p>§ 2. At the end of the term referred to in § 1 of this article, if no appeal is filed, the proceedings will be definitively shelved.</p> <p><b>Section III – Cancellation of License</b></p> <p><b>Art 21</b> The license will be cancelled upon:</p> <p>I - expiration of the term referred to in clause I of the caption of art 5;</p> <p>II. - revocation, for reasons of opportunity and convenience, for better alignment with the purposes of public interest due to duly proven, relevant and sufficient supervening facts to justify such conduct;</p> <p>III - annulment, when a legality defect is identified in the license;</p> <p>IV - revocation, in the cases provided in law, in this Ordinance and in specific regulations, when non-compliance with the requirements and conditions established for the license and for the commercial exploitation of the operation of the fixed-odds betting is ascertained;</p> <p>V - waive, at operator’s request; or</p> <p>VI - bankruptcy declaration or dissolution of the operator.</p> <p>§ 1. The cancellation of the license granted will result in the prohibition of continuing to render the services, with no entitlement to any compensation for the licensed operator.</p> <p>§ 2. The cancellation of the license granted, in the events provided in clauses II, III, and IV of the caption, will occur under a specific administrative proceeding, in which the interested party will be guaranteed the right to full defense and the adversary system.</p> <p>§ 3. In case of cancellation of the license:</p> <p>I - open bets on real sports events that have not yet occurred must be canceled; and</p>
--	---

<p>II - o agente operador deverá restituir aos apostadores os recursos mantidos nas contas transacionais, inclusive os valores correspondentes ao saldo financeiro disponível de cada apostador e às apostas em aberto, bem como eventuais prêmios ainda não pagos.</p> <p>§ 4º A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda notificará o agente operador, detalhando os prazos e os procedimentos complementares a serem observados para cessação das atividades, observado o disposto no art. 25.</p> <p>§ 5º A fim de evitar a interrupção de suas atividades, o agente operador autorizado deverá apresentar novo requerimento de autorização com antecedência mínima de cento e oitenta dias da data de término da autorização concedida.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b></p> <p><b>Art. 22.</b> O agente operador autorizado deverá manter atualizada, durante todo o período de vigência da autorização, a documentação exigida nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares vigentes, que comprovam as declarações apresentadas ao longo do processo de autorização, podendo a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda solicitar comprovação de regularidade a qualquer momento.</p> <p>Parágrafo único. O agente operador de apostas deverá comunicar à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, no prazo de dez dias, contado de sua ocorrência, eventuais alterações das condições que justificaram o deferimento do ato de autorização.</p> <p><b>Art. 23.</b> Serão assegurados às pessoas jurídicas que apresentarem o requerimento de autorização de que trata o art. 15 nos primeiros noventa dias, contados da data de publicação desta Portaria:</p> <p>I - o envio da notificação de que trata o art. 16 em até cento e oitenta dias, contados da data de publicação desta Portaria, observadas as hipóteses de suspensão de prazo previstas nesta Portaria; e</p>	<p>II - the operator must refund the bettors for the funds held in transactional accounts, including the available financial balance of each bettor and the open bets, as well as any unpaid winnings.</p> <p>§ 4. The Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance will notify the operator, detailing the deadlines and additional procedures to be observed for the termination of operations, in compliance with art 25.</p> <p>§ 5. To avoid the interruption of its activities, the licensed operator must submit a new license application at least one hundred and eighty days before the expiration date of the license granted.</p> <p style="text-align: center;"><b>CHAPTER V FINAL AND TRANSITIONAL PROVISIONS</b></p> <p><b>Art 22</b> The licensed operator must maintain the documentation required by this Ordinance and other applicable legal and regulatory standards updated throughout the period of validity of the license, proving the declarations made during the licensing process, and the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance may request proof of compliance at any time.</p> <p>Sole Paragraph. The betting operator must inform the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance within ten days of any changes to the conditions that justified the approval of the license act.</p> <p><b>Art 23</b> Corporate entities submitting the license application referred to in art 15 within the first ninety days as from the date of publication of this Ordinance are guaranteed:</p> <p>I - the notification referred to in art 16 within one hundred and eighty days as from the date of publication of this Ordinance, taking into account the circumstances of suspension of deadlines provided in this Ordinance; and</p>
--	---

<p>II - o deferimento da autorização até 31 de dezembro de 2024, por meio de publicação de portaria no Diário Oficial da União, desde que atendidas as exigências constantes desta Portaria, incluída a apresentação dos comprovantes de que tratam os incisos I a VI do caput do art. 14.</p> <p>Parágrafo único. Todas as portarias de autorização deferidas na hipótese de que trata este artigo serão publicadas no mesmo dia.</p> <p><b>Art. 24.</b> Para os fins do disposto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 14.790, de 2023, o prazo de adequação das pessoas jurídicas que estavam em atividade no Brasil quando da publicação da Lei nº 14.790, de 2023, às disposições legais e regulamentares vigentes sobre a loteria de apostas de quota fixa, inicia-se na data de publicação desta Portaria e encerra-se em 31 de dezembro de 2024.</p> <p>Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2025, as pessoas jurídicas que estiverem em atividade no Brasil sem a devida autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa ficarão sujeitas às penalidades pertinentes.</p> <p><b>Art. 25.</b> Para os fins desta Portaria, a pessoa jurídica requerente será considerada devidamente notificada a partir do sexto dia da data de envio da notificação pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, ou na data de sua consulta ao SIGAP, se anterior.</p> <p><b>Art. 26.</b> O art. 12 da Portaria Normativa SPA/MF nº 615, de 16 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 12. A vedação prevista no caput do art. 21 da Lei nº 14.790, de 2023, passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025."</p> <p><b>Art. 27.</b> Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.</p> <p><b>REGIS ANDERSON DUDENA</b></p>	<p>II - the granting of the license by 31<sup>st</sup> December 2024, by publication of an ordinance in the Federal Official Gazette, provided that the requirements of this Ordinance are complied with, including the submission of the documents referred to in clauses I to VI of the caption of art 14.</p> <p>Sole Paragraph. All license ordinances granted under this article will be published on the same day.</p> <p><b>Art 24</b> For the purposes of the sole paragraph of art 9 of Law No. 14,790, of 2023, the period for corporate entities operating in Brazil at the time of publication of Law No. 14,790, of 2023, to comply with the legal and regulatory provisions on the fixed-odds betting lottery begins on the date of publication of this Ordinance and ends on 31<sup>st</sup> December 2024.</p> <p>Sole Paragraph. From 1<sup>st</sup> January 2025, corporate entities operating in Brazil without the proper license from the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to commercially exploit the fixed-odds betting lottery will be subject to the relevant penalties.</p> <p><b>Art 25</b> For the purposes of this Ordinance, the applicant corporate entity will be considered duly notified from the sixth day after the notification is sent by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, or on the date of its consultation in SIGAP, if earlier.</p> <p><b>Art 26</b> Art 12 of Normative Ordinance SPA/MF No. 615, of 16<sup>th</sup> April 2024, shall read as follows: "Art 12. The prohibition provided in the caption of art 21 of Law No. 14,790, of 2023, takes effect on 1<sup>st</sup> January 2025."</p> <p><b>Art 27</b> This Ordinance enters into force on the date of its publication.</p> <p><b>REGIS ANDERSON DUDENA</b></p>
---	--

<p align="center"><b>ANEXO I</b> <b>REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA MODALIDADE LOTÉRICA DE APOSTAS DE QUOTA FIXA</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX I</b> <b>LICENSE APPLICATION FOR COMMERCIAL OPERATION OF THE FIXED-ODDS BETTING LOTTERY</b></p>
<p><b>1. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:</b></p> <p>Denominação social: CNPJ: Natureza Jurídica: sociedade empresária limitada ou sociedade anônima Endereço Sede: endereço, complemento, cep, bairro, município, UF</p> <p><b>2. RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DO PLEITO:</b></p> <p>Representante legal ou administradores responsáveis pela condução do pleito: informar nome, CPF, profissão ou cargo, telefone e e-mail.</p> <p>Responsável pelo acesso ao SIGAP e pela inserção dos dados e documentos do processo de autorização: informar nome, CPF, cargo, telefone e e-mail.</p> <p><b>3. FORMALIZAÇÃO DO PLEITO</b></p> <p>A pessoa jurídica acima qualificada vem requerer à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda autorização para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na regulamentação do Ministério da Fazenda.</p>	<p><b>1. IDENTIFICATION OF THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:</b></p> <p>Company Name: CNPJ (National Registry of Corporate entities): Legal Nature: limited liability company or corporation Head Office Address: address, postal code, neighborhood, city, state</p> <p><b>2. PERSONS RESPONSIBLE FOR HANDLING THE APPLICATION:</b></p> <p>Legal representative or managers responsible for handling the application: provide name, CPF (Individual Taxpayer Registry), profession or position, telephone number, and email address.</p> <p>Person responsible for accessing SIGAP and entering the data and documents for the license process: provide name, CPF (Individual Taxpayer Registry), position, telephone number, and email address.</p> <p><b>3. FORMALIZATION OF THE APPLICATION</b></p> <p>The above-qualified corporate entity hereby applies for a license from the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to operate as a betting operator within the national territory, aiming for the commercial exploitation of the fixed-odds betting lottery, in accordance with the provisions of Law No. 13,756, of 12<sup>nd</sup> December 2018, Law No. 14,790, of 29<sup>th</sup> December 2023, and the regulations of the Ministry of Finance.</p>

<b>4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PLEITO</b>	<b>4. INFORMATION RELATIVE TO THE APPLICATION</b>
<p>4.1. Número de licenças pleiteadas: informar se há interesse em obter uma ou mais licenças de autorização, observado o disposto no parágrafo único do art. 12 da Lei nº 14.790, de 2023, por ato de autorização.</p> <p>4.2. Detalhamento das marcas comerciais a serem exploradas: informar a quantidade, o nome fantasia e o respectivo site na web das marcas comerciais que serão exploradas pela pessoa jurídica requerente, que deverão adotar em seus domínios brasileiros na internet a extensão "bet.br", conforme regulamento específico da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.</p> <p>4.3. Objeto das apostas de quota fixa: para cada marca comercial a ser explorada, informar o objeto das apostas de quota fixa que pretende ofertar, nos termos do art. 3º da Lei nº 14.790, de 2023.</p> <p>4.3.1) Marca Comercial 1: nome fantasia  a) apenas eventos reais de temática esportiva: ( )  b) apenas eventos virtuais de jogos on-line: ( )  c) temática esportiva e jogos on-line conjuntamente: ( )</p> <p>4.3.2) Marca Comercial 2: nome fantasia  a) apenas eventos reais de temática esportiva: ( )  b) apenas eventos virtuais de jogos on-line: ( )  c) temática esportiva e jogos on-line conjuntamente: ( )</p> <p>4.3.3) Marca Comercial 3: nome fantasia  a) apenas eventos reais de temática esportiva: ( )  b) apenas eventos virtuais de jogos on-line: ( )  c) temática esportiva e jogos on-line conjuntamente: ( )</p> <p>4.4. Modalidades a serem ofertadas: para cada marca comercial a ser explorada, informar se pretende ofertar apostas nas modalidades virtual ou física, isolada ou conjuntamente, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.790, de 2023. Observar que as apostas de quota fixa que tenham por objeto os eventos virtuais de jogo on-line somente poderão ser ofertadas em meio virtual, conforme dispõe o § 2º do art. 14 da Lei nº 14.790, de 2023.</p>	<p>4.1. Number of licenses requested: specify whether there is an interest in obtaining one or more licenses, in accordance with the sole paragraph of art 12 of Law No. 14,790, of 2023, per license.</p> <p>4.2. Details of the commercial brands to be operated: specify the number, trade name, and respective website of the commercial brands to be operated by the applicant corporate entity, which should adopt the domain extension "bet.br" for their Brazilian internet domains, as per specific regulations of the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance.</p> <p>4.3. Object of the fixed-odds betting: for each commercial brand to be operated, specify the object of the fixed-odds bets to be offered, in accordance with art 3 of Law No. 14,790, of 2023.</p> <p>4.3.1) Commercial Brand 1: brand name  a) only real sports-themed events: ( )  b) only virtual online games: ( )  c) sports-themed and online games combined: ( )</p> <p>4.3.2) Commercial Brand 2: brand name  a) only real sports-themed events: ( )  b) only virtual online games: ( )  c) sports-themed and online games combined: ( )</p> <p>4.3.3) Commercial Brand 3: brand name  a) only real sports-themed events: ( )  b) only virtual online games: ( )  c) sports-themed and online games combined: ( )</p> <p>4.4. Modalities to be offered: for each commercial brand to be operated, specify whether it intends to offer betting in virtual or physical means, either separately or combined, in accordance with art 14 of Law No. 14,790, of 2023. Note that fixed-odds betting on virtual online game events can only be offered virtually, as stipulated in § 2 of Art 14 of Law No. 14,790, of 2023.</p>



<p>4.4.1) Marca Comercial 1: nome fantasia  a) apenas virtual: ( )  b) apenas física: ( )  c) virtual e física conjuntamente: ( )</p> <p>4.4.2) Marca Comercial 2: nome fantasia  a) apenas virtual: ( )  b) apenas física: ( )  c) virtual e física conjuntamente: ( )</p> <p>4.4.3) Marca Comercial 3: nome fantasia  a) apenas virtual: ( )  b) apenas física: ( )  c) virtual e física conjuntamente: ( )</p> <p>5. DECLARAÇÃO:</p> <p>A pessoa jurídica acima qualificada declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos que disciplinam o processo de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa e que os aceita integralmente, em especial, no que tange às faculdades conferidas à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda de conduzir diligências especiais para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas. declara ainda que tem plena capacidade de execução das atividades de agente operador de apostas e, sob as penas da legislação aplicável, que todos os documentos, informações e declarações apresentados são fidedignos e verdadeiros.</p> <p>Local e data:  Nome, CPF e cargo dos signatários</p> <p>Observações:  - o requerimento deve ser assinado digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente ou por administrador cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social da requerente; e  - a requerente deve encaminhar imediatamente ao Ministério da Fazenda, no curso do processo, eventuais atualizações dos documentos e informações já apresentados, bem como informações complementares que julgar pertinente.</p>	<p>4.4.1) Commercial Brand 1: brand name  a) only virtual: ( )  b) only physical: ( )  c) virtual and physical combined: ( )</p> <p>4.4.2) Commercial Brand 2: brand name  a) only virtual: ( )  b) only physical: ( )  c) virtual and physical combined: ( )</p> <p>4.4.3) Commercial Brand 3: brand name  a) only virtual: ( )  b) only physical: ( )  c) virtual and physical combined: ( )</p> <p>5. DECLARATION:</p> <p>The corporate entity qualified above hereby expressly declares that it has full knowledge of the terms governing the licensing process for the commercial exploitation of the fixed-odds betting lottery modalities and fully accepts them, particularly with regard to the authority granted to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to conduct special actions to verify the authenticity of the documents submitted and to seek any necessary clarification to elucidate the information contained therein. Furthermore, it declares that it possesses full capacity to perform the activities of a betting operator and, under the penalties of applicable law, that all documents, information, and declarations submitted are accurate and true.</p> <p>Location and date:  Name, CPF, and position of signatories</p> <p>Notes:  - the application must be digitally signed by the legal representative/authorized signatory of the applicant corporate entity or by a manager whose representativeness is recognized by the applicant's by-laws or articles of association; and  - the applicant must immediately submit to the Ministry of Finance, during the process, any updates to the documents and information already submitted, as well as any additional information deemed pertinent.</p>
--	--

<p align="center"><b>ANEXO II</b> <b>FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLADORES, DOS DETENTORES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA, DOS ADMINISTRADORES E DOS BENEFICIÁRIOS FINAIS</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX II</b> <b>IDENTIFICATION FORM FOR CONTROLLERS, HOLDERS OF QUALIFIED PARTICIPATION, MANAGERS, AND ULTIMATE BENEFICIAL OWNERS</b></p>
<p>1. CONTROLADORES, DETENTORES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA E BENEFICIÁRIOS FINAIS:</p> <p>1.1. Identificação dos controladores, dos detentores de participação qualificada e dos beneficiários finais, com as respectivas participações societárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- se pessoa natural, relacionar nome, CPF (ou documento equivalente, se estrangeiro) e nacionalidade.</li> <li>- se pessoa jurídica, relacionar denominação social, CNPJ (ou documento equivalente, se domiciliado no exterior) e país de domicílio.</li> <li>- relacionar as respectivas participações societárias de cada integrante do grupo de controle da pessoa jurídica requerente, bem como dos detentores de participação qualificada e dos beneficiários finais.</li> <li>- evidenciar a participação de brasileiro como detentor de ao menos vinte por cento do capital social integralizado da pessoa jurídica requerente.</li> </ul> <p>1.2. Ato societário em que foi formalizada a configuração vigente do controle: informar data e tipo de ato (por exemplo: "Assembleia Geral de Constituição", "Contrato de Constituição", "Acordo de Acionistas/Quotistas"). Anexar os documentos comprobatórios.</p> <p>2. ADMINISTRADORES DA PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:</p> <p>2.1 Identificação dos administradores: informar nome, CPF, nacionalidade, cargo e prazo do mandato (se houver) de todos os administradores.</p> <p>2.2. Designar os responsáveis pelas seguintes áreas: informar nome, CPF, nacionalidade e cargo dos responsáveis designados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) contábil e financeira; (somente administrador)</li> <li>b) tratamento e segurança de dados pessoais;</li> <li>c) segurança operacional do sistema de apostas;</li> </ul>	<p>1. CONTROLLERS, HOLDERS OF QUALIFIED INTEREST, AND ULTIMATE BENEFICIAL OWNERS:</p> <p>1.1. Identification of controllers, holders of qualified interest, and ultimate beneficial owners, along with their respective shareholdings:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- if an individual, list name, CPF (or equivalent document if a foreigner), and nationality.</li> <li>- if a corporate entity, list company name, CNPJ (or equivalent document if domiciled abroad), and country of domicile.</li> <li>- list the respective shareholdings of each member of the controlling group of the applicant corporate entity, as well as the holders of qualified participation and the ultimate beneficial owners.</li> <li>- indicate the participation of any Brazilian holding at least twenty percent of the paid-in capital of the applicant corporate entity.</li> </ul> <p>1.2. Corporate resolution formalizing the current control structure: specify the date and type of act (e.g., "Incorporation Shareholding Meeting," "Constitution Agreement," "Shareholders' or Quotaholders' Agreement"). Attach supporting documents.</p> <p>2. MANAGERS OF THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:</p> <p>2.1. Identification of managers: provide the name, CPF, nationality, position, and term of office (if applicable) of all managers.</p> <p>2.2. Designation of responsible individuals for the following areas: provide the name, CPF, nationality, and position of the designated responsible individuals.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) accounting and financial; (manager only)</li> <li>b) personal data processing and security;</li> <li>c) operational security of the betting system;</li> </ul>

<p>d) integridade e compliance; (somente administrador)</p> <p>e) atendimento aos apostadores e ouvidoria, em observância ao inciso VI do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023; e (somente administrador)</p> <p>f) relacionamento com o Ministério da Fazenda, em observância ao inciso IV do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023. (somente administrador, facultado o acúmulo de função)</p> <p>2.3 Ato societário que deliberou sobre a eleição ou nomeação dos administradores: informar data e tipo de ato para cada administrador (por exemplo: assembleia geral ordinária, extraordinária, reunião do conselho de administração). Anexar os documentos comprobatórios.</p> <p>Local e data:</p> <p>Nome, CPF e cargo dos signatários</p> <p>Observações:</p> <p>- este formulário deve ser assinado digitalmente pelo representante legal ou por administrador cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social da requerente.</p>	<p>d) integrity and compliance; (manager only)</p> <p>e) customer support service and ombudsman, in compliance with clause VI of art 7 of Law No. 14,790, of 2023; and (manager only)</p> <p>f) relationship with the Ministry of Finance, in compliance with clause IV of art 7 of Law No. 14,790, of 2023 (manager only, with the possibility of function accumulation)</p> <p>2.3. Corporate resolution electing or appointing managers: specify the date and type of act for each manager (e.g., shareholders’ meeting, extraordinary shareholders’ meeting, board of directors’ meeting). Attach supporting documents.</p> <p>Location and date: Name, CPF, and position of signatories</p> <p>Notes:</p> <p>- this form must be digitally signed by the legal representative/ authorized signatory or by a manager whose representativeness is recognized by the applicant’s bylaws or articles of association.</p>
---	---

<p align="center"><b>ANEXO III</b> <b>FORMULÁRIO CADASTRAL DOS</b> <b>CONTROLADORES E DOS</b> <b>DETENTORES DE PARTICIPAÇÃO</b> <b>QUALIFICADA (PESSOAS JURÍDICAS)</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX III</b> <b>REGISTRATION FORM FOR</b> <b>CONTROLLERS AND HOLDERS OF</b> <b>QUALIFIED INTEREST (CORPORATE</b> <b>ENTITIES)</b></p>
<p>1. RELAÇÃO COM A PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:  <input type="checkbox"/> controlador ou integrante do grupo de controle  <input type="checkbox"/> detentor de participação qualificada</p> <p>2. DADOS CADASTRAIS:            Denominação social:            CNPJ: ou documento equivalente, se domiciliado no exterior            Natureza Jurídica/forma societária:            Endereço principal: endereço, complemento, cep, bairro, município, UF, país            Telefone e e-mail de contato:            Endereço eletrônico: site na web se houver</p> <p>Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das informações ora prestadas, ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda autorizada a delas fazer, nos limites legais, em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprovar.</p> <p>Local e data:            Nome e CPF:            Observações:            - este formulário deve ser preenchido com informações de cada pessoa jurídica integrante do grupo de controle da pessoa jurídica requerente ou detentora de participação qualificada; e            - o formulário deve ser assinado digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente ou por administradores cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social da requerente.</p>	<p>1. RELATIONSHIP WITH THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:  <input type="checkbox"/> Controller or member of the controlling group  <input type="checkbox"/> Holder of qualified interest</p> <p>2. REGISTRATION DETAILS:            Company name:            CNPJ: or equivalent document if domiciled abroad</p> <p>Legal nature/legal form:            Principal address: address, suite, postal code, neighborhood, city, state, country            Contact telephone and email:            Electronic address: website if available</p> <p>I hereby declare full responsibility for the accuracy of the information provided herein, authorizing the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to use it, within the legal limits, in or out of court, as it deems appropriate.</p> <p>Location and date:            Name and CPF:            Notes:            - this form must be completed with information for each corporate entity that is part of the controlling group of the applicant corporate entity or holds a qualified interest; and            - the form must be digitally signed by the legal representative/authorized signatory of the applicant corporate entity or by managers whose representativeness is recognized by the applicant's by-laws or articles of association.</p>

<p align="center"><b>ANEXO IV</b> <b>FORMULÁRIO CADASTRAL DO</b> <b>REPRESENTANTE LEGAL,</b> <b>CONTROLADORES, DETENTORES DE</b> <b>PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA,</b> <b>BENEFICIÁRIOS FINAIS E</b> <b>ADMINISTRADORES (PESSOAS</b> <b>NATURAIS)</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX IV</b> <b>REGISTRATION FORM FOR LEGAL</b> <b>REPRESENTATIVE, CONTROLLERS,</b> <b>HOLDERS OF QUALIFIED INTEREST,</b> <b>ULTIMATE BENEFICIAL OWNERS, AND</b> <b>MANAGERS (INDIVIDUALS)</b></p>
<p>1. RELAÇÃO COM A PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:</p> <p><input type="checkbox"/> representante legal  <input type="checkbox"/> controlador ou integrante do grupo de controle  <input type="checkbox"/> detentor de participação qualificada  <input type="checkbox"/> beneficiário final  <input type="checkbox"/> administrador</p> <p>2. DADOS CADASTRAIS:</p> <p>Nome completo:  Sexo:  Filiação:  Local de nascimento: cidade e estado  Nacionalidade:  Profissão: no caso dos administradores, informar o cargo exercido na pessoa jurídica requerente  Endereço residencial: endereço, complemento, cep, bairro, município, UF, país  Telefone e e-mail de contato:  Identidade/órgão expeditor/data emissão: não aplicável a estrangeiros  CPF: ou documento equivalente, se estrangeiro  Título de eleitor: não aplicável a estrangeiros  Passaporte/país emissor: se estrangeiro</p> <p>Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das informações ora prestadas, ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda autorizada a delas fazer, nos limites legais, em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.</p> <p>Local e data:  Nome e CPF:</p> <p>Observações:  - este formulário deve ser preenchido com informações de cada pessoa natural integrante do grupo de controle, detentores de participação qualificada, representante legal, administradores e beneficiários finais; e</p>	<p>1. RELATIONSHIP WITH THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:</p> <p><input type="checkbox"/> Legal representative  <input type="checkbox"/> Controller or member of the controlling group  <input type="checkbox"/> Holder of qualified participation  <input type="checkbox"/> Ultimate beneficial owner  <input type="checkbox"/> Manager</p> <p>2. REGISTRATION DETAILS:</p> <p>Full name:  Gender:  Parents:  Place of birth: city and state  Nationality:  Occupation: in the case of managers, specify the position held in the applicant corporate entity  Residential address: address, suite, postal code, neighborhood, city, state, country  Contact phone and email:  ID/issuing authority/issue date: not applicable to foreigners  CPF: or equivalent document if a foreigner  Voter ID: not applicable to foreigners  Passport/issuing country: if foreign</p> <p>I hereby declare full responsibility for the accuracy of the information provided herein, authorizing the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to use it, within the legal limits, in or out of court, as it deems appropriate.</p> <p>Location and date:  Name and CPF:</p> <p>Notes:  - this form must be completed with information from each individual who is part of the controlling group, holders of qualified interest, legal representative, managers, and ultimate beneficial owners; and</p>

- o formulário deve ser assinado digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente ou por administradores cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social da requerente.

- the form must be digitally signed by the legal representative/authorized signatory of the applicant corporate entity or by managers whose representativeness is recognized by the applicant's by-laws or articles of association.

<p align="center"><b>ANEXO V</b> <b>FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS GERAIS RELATIVAS ÀS TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX V</b> <b>IDENTIFICATION AND DECLARATION FORM FOR COMPLIANCE WITH GENERAL RULES REGARDING PAYMENT TRANSACTIONS</b></p>
<p><b>1. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:</b> Denominação social: CNPJ: Representante legal ou administrador: dados do signatário. Informar nome, CPF, profissão ou cargo, telefone e e-mail</p> <p><b>2. TIPO DE INSTITUIÇÃO AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL:</b> <input type="checkbox"/> instituição de pagamento <input type="checkbox"/> instituição financeira</p> <p><b>3. DADOS CADASTRAIS:</b> Denominação social: CNPJ: Endereço principal: endereço, complemento, cep, bairro, município, UF Nome, telefone e e-mail de contato: designar um responsável na instituição financeira ou de pagamento pelo contato com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda Endereço eletrônico: site na web se houver Representante legal ou administrador: dados do signatário. Informar nome, CPF, profissão ou cargo, telefone e e-mail</p> <p><b>4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS AO AGENTE OPERADOR:</b> Relacionar os principais serviços que a instituição prestará ao agente operador de apostas (ex: manutenção das contas transacionais, das contas proprietárias e/ ou da conta de reserva financeira do agente operador, etc.). Detalhar as principais atividades envolvidas na prestação dos serviços.</p>	<p><b>1. IDENTIFICATION OF THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:</b> Company name: CNPJ: Legal representative or manager: signatory's details. Provide name, CPF, profession or position, phone, and email.</p> <p><b>2. TYPE OF INSTITUTION LICENSED BY THE BRAZILIAN CENTRAL BANK:</b> <input type="checkbox"/> Payment institution <input type="checkbox"/> Financial institution</p> <p><b>3. REGISTRATION DETAILS:</b> Company name: CNPJ: Principal address: address, suite, postal code, neighborhood, city, state Name, phone number and email of contact person: designate a responsible individual in the financial or payment institution as point of contact for the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance Electronic address: website if available Legal representative or manager: signatory's details. Provide name, CPF, profession or position, phone, and email.</p> <p><b>4. DESCRIPTION OF SERVICES TO BE PROVIDED TO THE OPERATOR:</b> List the main services that the institution will provide to the operator (e.g., maintenance of transactional accounts, proprietary accounts, and/or the operator's financial reserve account, etc.). Detail the main activities involved in providing the services.</p>

<p>5. DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS GERAIS RELATIVAS ÀS TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO:</p> <p>As pessoas abaixo identificadas, na condição de representantes legais/administradores das pessoas jurídicas qualificadas nos itens 1 e 3, inscritas no CNPJ ...e no CNPJ..., DECLARAM à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, que o(s) contrato(s) de prestação de serviços firmado(s) entre (denominação social da pessoa jurídica requerente) e (denominação social da instituição financeira ou de pagamento) estabelece(m) as obrigações das partes para o cumprimento das regras gerais relativas às transações de pagamento estabelecidas em regulamento específico da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.</p> <p>ESTAMOS CIENTES que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos que sustentem a presente declaração.</p>	<p>5. DECLARATION OF COMPLIANCE WITH GENERAL RULES REGARDING PAYMENT TRANSACTIONS:</p> <p>The undersigned individuals, as legal representatives/managers of the corporate entities identified in items 1 and 3, enrolled under CNPJ ... and CNPJ..., DECLARE to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance that the service agreements entered into between (company name of the applicant corporate entity) and (company name of the financial or payment institution) establish the parties' obligations to comply with the general rules regarding payment transactions as set forth in specific regulations by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance.</p> <p>WE ARE AWARE that the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance may request, at any time, documents supporting this declaration.</p>
<p>6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</p> <p>ASSUMIMOS integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas - ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, desde já, autorizada a delas fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele - e ESTAMOS CIENTES de que a falsidade ou a omissão nas declarações ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos ou os dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de autorização, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.</p> <p>Local e data: Representante Legal da requerente: nome e CPF</p> <p>Representante Legal da instituição financeira/de pagamento: nome e CPF</p> <p>Observações: - este formulário/declaração deve ser apresentado individualmente para cada instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil que prestará serviços à pessoa jurídica requerente; e</p>	<p>6. RESPONSIBILITY DECLARATION</p> <p>WE ASSUME full liability for the accuracy of the declarations provided herein – authorizing the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, within the legal limits, to use them in or out of court as it deems appropriate – and WE ARE AWARE that any falsehood, omission, or discrepancy between the declarations and the facts or data found during the review may result in the rejection of the application or subsequent review of the licensing decision, as well as constitute a crime subject to legal and regulatory sanctions.</p> <p>Location and date: Legal Representative of the applicant: name and CPF</p> <p>Legal Representative of the financial/payment institution: name and CPF</p> <p>Notes: - this form/declaration must be submitted individually for each institution licensed by the Brazilian Central Bank that will provide services to the applicant corporate entity; and</p>



- este formulário/declaração deve ser assinado digitalmente pelos representantes legais da pessoa jurídica requerente e da instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Alternativamente, o formulário/declaração pode ser assinado digitalmente por administradores cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social.

- this form/declaration must be digitally signed by the legal representatives of the applicant corporate entity and the institution licensed by the Brazilian Central Bank. Alternatively, the form/declaration may be digitally signed by managers whose representativeness is recognized by the bylaws or articles of association.

<p align="center"><b>ANEXO VI</b> <b>DECLARAÇÃO DE REPUTAÇÃO ILIBADA</b> <b>(PESSOAS JURÍDICAS)</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX VI</b> <b>DECLARATION OF REPUTABLE GOOD</b> <b>STANDING (CORPORATE ENTITIES)</b></p>
<p>1. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA:  <input type="checkbox"/> pessoa jurídica requerente  <input type="checkbox"/> controlador ou integrante do grupo de controle  <input type="checkbox"/> detentor de participação qualificada  Denominação social:  CNPJ: ou documento equivalente, se domiciliado no exterior  Representante legal: informar nome, CPF, profissão ou cargo, telefone e e-mail.</p> <p>2. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE</p> <p>DECLARO ao Ministério da Fazenda que a pessoa jurídica acima qualificada cumpre os requisitos de idoneidade exigidos pela legislação e pela regulamentação em vigor, inclusive em relação às seguintes questões:</p> <p>a) está impedida por lei especial no Brasil ou em outras jurisdições?  Sim ( ) Não ( )  Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>b) já foi condenada pelos crimes abaixo ou equivalentes no Brasil ou em outras jurisdições?  b.1. falimentar: Sim ( ) Não ( )  b.2. de sonegação fiscal: Sim ( ) Não ( )  b.3. de corrupção ativa: Sim ( ) Não ( )  b.4. contra a economia popular: Sim ( ) Não ( )</p> <p>b.5. contra a fé pública: Sim ( ) Não ( )</p> <p>b.6. contra a propriedade intelectual: Sim ( ) Não ( )</p> <p>b.7. contra o Sistema Financeiro Nacional: Sim ( ) Não ( )  Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>c) está declarada falida ou insolvente no Brasil ou em outras jurisdições? Sim ( ) Não ( )  Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>d) enquadra-se em alguma das situações abaixo?  d.1. detém participação, direta ou indireta, em Sociedade Anônima do Futebol ou em organização esportiva profissional: Sim ( ) Não ( )</p>	<p>1. IDENTIFICATION OF THE CORPORATE ENTITY:  <input type="checkbox"/> Applicant corporate entity  <input type="checkbox"/> Controller or member of the controlling group  <input type="checkbox"/> Holder of qualified interest  Company name:  CNPJ: or equivalent document if domiciled abroad  Legal representative: provide name, CPF, profession or position, phone, and email.</p> <p>2. DECLARATION OF INTEGRITY</p> <p>I DECLARE to the Ministry of Finance that the above-qualified corporate entity satisfies the integrity requirements as stipulated by current legislation and regulations, including the following issues:</p> <p>a) Is it prohibited by special law in Brazil or other jurisdictions?  Yes ( ) No ( )  Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>b) Has it been convicted of the following crimes or their equivalents in Brazil or other jurisdictions?  b.1. Bankruptcy related crimes: Yes ( ) No ( )  b.2. Tax evasion: Yes ( ) No ( )  b.3. Active corruption: Yes ( ) No ( )  b.4. Crimes against the popular economy: Yes ( ) No ( )  b.5. Crimes against public faith: Yes ( ) No ( )  b.6. Crimes against intellectual property: Yes ( ) No ( )  b.7. Crimes against the National Financial System: Yes ( ) No ( )  Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>c) Is it declared bankrupt or insolvent in Brazil or other jurisdictions? Yes ( ) No ( )  Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>d) Does it fall into any of the following situations?  d.1. Holds a direct or indirect stake in a Football corporation or professional sports organization: Yes ( ) No ( )</p>

<p>d.2. está com o direito de licitar e contratar com o Poder Público suspenso, ou foi declarada inidônea pela Administração Pública, no âmbito federal, estadual ou do Distrito Federal e municipal: Sim ( ) Não ( )</p> <p>d.3. teve sua(s) autorização(ões) cassada(s) ou revogada(s) em outras jurisdições nos últimos cinco anos: Sim ( ) Não ( )</p> <p>Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p><b>3. AUTORIZAÇÃO</b></p> <p>AUTORIZO a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, na análise dos requisitos de idoneidade exigidos pela legislação e pela regulamentação em vigor, relativos ao processo de autorização de agentes operadores de apostas, a ter acesso a informações a respeito da pessoa jurídica qualificada no item 1, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais.</p> <p><b>4. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</b></p> <p>ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas - ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, desde já, autorizada a delas fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele - e ESTOU CIENTE de que a falsidade ou a omissão nas declarações ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos ou os dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de autorização, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.</p> <p>Local e data:  Nome, CPF e cargo do signatário  Observações:  - no caso de resposta afirmativa a qualquer um dos questionamentos, registrar, em "Ocorrências", a natureza, a situação da ocorrência e justificativa para que os fatos não sejam considerados como restritivos ao cumprimento das condições regulamentares estabelecidas, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente;</p>	<p>d.2. Is suspended from bidding and contracting with the Public Administration, or has been declared unfit by the Public Administration at the federal, state, or municipal level: Yes ( ) No ( )</p> <p>d.3. Has had its license(s) revoked or annulled in other jurisdictions in the last five years: Yes ( ) No ( )</p> <p>Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p><b>3. AUTHORIZATION</b></p> <p>I AUTHORIZE the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, in the review of the integrity requirements demanded by current legislation and regulations, related to the licensing process for operators, to access information regarding the corporate entity qualified in item 1, from any public or private registry and information systems, including judicial or administrative processes and police investigations.</p> <p><b>4. RESPONSIBILITY DECLARATION</b></p> <p>I ASSUME full liability for the accuracy of the declarations provided herein – authorizing the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, within legal limits, to use them in court or out of court as it deems appropriate – and I AM AWARE that any falsehood, omission, or discrepancy between the declarations and the facts or data found during the review may result in the rejection of the application or subsequent review of the licensing decision, as well as constitute a crime subject to legal and regulatory sanctions.</p> <p>Location and date:  Name, CPF, and position of the signatory  Notes:  - in the case of an affirmative answer to any of the questions, record in "Occurrences" the nature, status of the occurrence, and justification for why the facts should not be considered restrictive to the fulfillment of the established regulatory conditions, attaching to this declaration the relevant supporting documentation;</p>
---	--

<ul style="list-style-type: none"><li>- esta declaração deve ser preenchida com informações da pessoa jurídica requerente, de cada controlador ou integrante do grupo de controle, bem como dos detentores de participação qualificada, se pessoas jurídicas;</li><li>- esta declaração deve ser assinada digitalmente pelo representante legal no Brasil da pessoa jurídica identificada no item 1. No caso da pessoa jurídica requerente, admite-se a assinatura por administradores cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social; e</li><li>- deve-se juntar à declaração o ato de outorga de poderes ao representante legal no Brasil da pessoa jurídica qualificada no item 1.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- this declaration must be completed with information from the applicant corporate entity, each controller or member of the controlling group, as well as the holders of qualified participation, if they are corporate entities;</li><li>- this declaration must be digitally signed by the legal representative in Brazil of the corporate entity identified in item 1. In the case of the applicant corporate entity, it may also be signed by managers whose representativeness is recognized by the bylaws or articles of association; and</li><li>- the power of attorney granted to the legal representative in Brazil of the corporate entity qualified in item 1 must be attached to the declaration.</li></ul>
--	--

<p align="center"><b>ANEXO VII</b> <b>DECLARAÇÃO DE REPUTAÇÃO ILIBADA</b> <b>E DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS</b> <b>PARA POSSE E EXERCÍCIO (PESSOAS</b> <b>NATURAIS)</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX VII</b> <b>DECLARATION OF REPUTABLE GOOD</b> <b>STANDING AND COMPLIANCE WITH</b> <b>THE REQUIREMENTS FOR TAKING</b> <b>OFFICE AND PERFORMING DUTIES</b> <b>(INDIVIDUALS)</b></p>
<p>1. RELAÇÃO COM A PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:</p> <p><input type="checkbox"/> controlador ou integrante do grupo de controle</p> <p><input type="checkbox"/> detentor de participação qualificada</p> <p><input type="checkbox"/> beneficiário final</p> <p><input type="checkbox"/> administrador</p> <p><input type="checkbox"/> responsável legal</p> <p>2. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE</p> <p>Eu, (nome completo; CPF ou documento equivalente, se estrangeiro), na condição de (controlador/integrante do grupo de controle/detentor de participação qualificada/administrador/responsável legal) da (denominação social da pessoa jurídica requerente), DECLARO ao Ministério da Fazenda que cumpro os requisitos de idoneidade exigidos pela legislação e pela regulamentação em vigor, inclusive em relação às seguintes questões:</p> <p>a) responde por processo criminal ou inquérito policial? Sim ( ) Não ( ) Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>b) responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional? Sim ( ) Não ( ) Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>c) responde por processo relativo à insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial? Sim ( ) Não ( ) Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>d) responde por inadimplemento de obrigações? Sim ( ) Não ( ) Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>e) está impedido por lei especial no Brasil ou em outras jurisdições? Sim ( ) Não ( )</p>	<p>1. RELATIONSHIP WITH THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:</p> <p><input type="checkbox"/> Controller or member of the controlling group</p> <p><input type="checkbox"/> Holder of qualified interest</p> <p><input type="checkbox"/> Final beneficial</p> <p><input type="checkbox"/> Manager</p> <p><input type="checkbox"/> Legal representative/authorized signatory</p> <p>2. DECLARATION OF INTEGRITY</p> <p>I, (full name; CPF or equivalent document if foreign), in the capacity of (controller/member of the controlling group/holder of qualified interest/manager/legal representative) of (company name of the applicant corporate entity), DECLARE to the Ministry of Finance that I comply with the integrity requirements stipulated by current legislation and regulations, including the following issues:</p> <p>a) Are you subject to any criminal proceedings or police investigations? Yes ( ) No ( ) Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>b) Are you subject to any judicial or administrative proceedings related to the National Financial System? Yes ( ) No ( ) Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>c) Are you involved in proceedings related to insolvency, liquidation, intervention, bankruptcy, or judicial recovery? Yes ( ) No ( ) Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>d) Are you in default of any obligations? Yes ( ) No ( ) Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>e) Are you barred by special law in Brazil or other jurisdictions? Yes ( ) No ( )</p>

<p>Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>f) já foi condenado pelos crimes abaixo no Brasil ou em outras jurisdições?</p> <p>f.1. falimentar: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.2. de sonegação fiscal: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.3. de corrupção ativa ou passiva: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.4. de concussão: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.5. de peculato: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.6. de prevaricação: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.7. contra a economia popular: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.8. contra a fé pública: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.9. contra a propriedade intelectual: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.10. contra o Sistema Financeiro Nacional: Sim ( ) Não ( )</p> <p>f.11. que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos por decisão judicial transitada em julgado: Sim ( ) Não ( )</p> <p>Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>h) está declarado falido ou insolvente no Brasil ou em outras jurisdições?</p> <p>Sim ( ) Não ( )</p> <p>Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p> <p>i) enquadra-se em alguma das situações abaixo?</p> <p>i.1. detém participação, direta ou indireta, em Sociedade Anônima do Futebol ou em organização esportiva profissional: Sim ( ) Não ( )</p> <p>i.2. atua como dirigente de equipe desportiva brasileira: Sim ( ) Não ( )</p> <p>i.3. atua como atleta profissional, integrante de comissão técnica, árbitro ou dirigente de equipe esportiva brasileira: Sim ( ) Não ( )</p> <p>i.4. está com o direito de licitar e contratar com o Poder Público suspenso, ou foi declarado inidôneo pela Administração Pública, no âmbito federal, estadual ou do Distrito Federal e municipal: Sim ( ) Não ( )</p> <p>i.5. é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidores públicos ou prestadores de serviços que atuem na área do Ministério da Fazenda responsável pelo processo de outorga das autorizações para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa.</p> <p>Sim ( ) Não ( )</p> <p>Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")</p>	<p>Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>f) Have you been convicted of the following crimes in Brazil or other jurisdictions?</p> <p>f.1. Bankruptcy related crimes: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.2. Tax evasion: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.3. Active or passive corruption: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.4. Extortion: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.5. Embezzlement: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.6. Dereliction of duty: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.7. Crimes against the popular economy: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.8. Crimes against public faith: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.9. Crimes against intellectual property: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.10. Crimes against the National Financial System: Yes ( ) No ( )</p> <p>f.11. Crimes that temporarily or permanently bar access to public office by final judicial decision: Yes ( ) No ( )</p> <p>Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>h) Are you declared bankrupt or insolvent in Brazil or other jurisdictions?</p> <p>Yes ( ) No ( )</p> <p>Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p> <p>i) Do you fall into any of the following situations?</p> <p>i.1. Do you hold a direct or indirect participation in a Football Corporation or professional sports organization? Yes ( ) No ( )</p> <p>i.2. Do you act as a director of a Brazilian sports team? Yes ( ) No ( )</p> <p>i.3. Are you a professional athlete, member of a technical team, referee, or director of a Brazilian sports team? Yes ( ) No ( )</p> <p>i.4. Are you suspended from bidding and contracting with the Public Administration, or have you been declared unfit by the Public Administration at the federal, state, or municipal level? Yes ( ) No ( )</p> <p>i.5. Are you a spouse, partner, or relative in the direct or collateral line, by blood or affinity, up to the third degree, of public servants or service providers working in the area of the Ministry of Finance responsible for the licensing process for the commercial exploitation of the fixed-odds betting?</p> <p>Yes ( ) No ( )</p> <p>Occurrences: (detail or state "nothing to declare")</p>
---	---

<p>3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PARA POSSE E EXERCÍCIO (APENAS NO CASO DE ADMINISTRADORES)</p> <p>a) possuo experiência profissional mínima de três anos em área conexas àquela que atuarei como administrador:          Sim ( ) Não ( ) Não se aplica ( )          Detalhar: apresentar breve histórico profissional, anexar comprovante</p> <p>b) possuo formação acadêmica de nível superior em área compatível com o cargo de administrador que exercerei: Sim ( ) Não ( ) Não se aplica ( )          Detalhar: informar curso, ano de conclusão e instituição de ensino, anexar comprovante</p> <p>4. AUTORIZAÇÃO</p> <p>AUTORIZO a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, na análise dos requisitos de idoneidade exigidos pela legislação e pela regulamentação em vigor, relativos ao processo de autorização de agentes operadores de apostas, a ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais.</p> <p>5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</p> <p>ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas - ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, desde já, autorizada a delas fazer o uso que lhe aprovar, nos limites legais, em juízo ou fora dele - e ESTOU CIENTE de que a falsidade ou a omissão nas declarações ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos ou os dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de autorização, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.</p> <p>Local e data          Nome e CPF (ou documento equivalente, se estrangeiro)          Observações:          - no caso de resposta afirmativa a qualquer um dos questionamentos, registrar, em "Ocorrências", a natureza, a situação da ocorrência e justificativa para</p>	<p>3. DECLARATION OF COMPLIANCE WITH REQUIREMENTS FOR TAKING OFFICE AND PERFORMING DUTIES (FOR MANAGERS ONLY)</p> <p>a) I have a minimum of three years of professional experience in a field related to the one in which I will serve as a manager:          Yes ( ) No ( ) Not Applicable ( )          Detail: Provide a brief professional history, attach proof</p> <p>b) I have an university degree in a field compatible with the position of manager that I will hold: Yes ( ) No ( ) Not Applicable ( )          Detail: Specify the degree, year of completion, and institution, attach proof</p> <p>4. AUTHORIZATION</p> <p>I AUTHORIZE the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, when reviewing the integrity requirements required by current legislation and regulations, relative to the license process of betting operators, to have access to information about me, contained in any public or private registry and information system, including judicial or administrative proceedings and police investigations.</p> <p>5. RESPONSIBILITY DECLARATION</p> <p>I ASSUME full liability for the accuracy of the statements made herein - with the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance hereby authorized to use them as deemed appropriate, within legal limits, in court or out of it - and I AM AWARE that falseness or omission in the statements, or a discrepancy between the statements and the facts or data discovered during the review, may result in the rejection of the application or subsequent review of the licensing decision, and may also constitute a crime, subject to legal and regulatory sanctions.</p> <p>Place and Date:          Name and CPF (or equivalent document, if a foreigner)          Notes:          - in case of an affirmative answer to any of the questions, record in "Occurrences" the nature, status of the occurrence, and justification for why</p>
---	---

<p>que os fatos não sejam considerados como restritivos ao cumprimento das condições regulamentares estabelecidas, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- esta declaração deve ser preenchida pelo responsável legal, pelo controlador ou por cada integrante do grupo de controle, bem como pelos detentores de participação qualificada, administradores e beneficiários finais, se pessoas naturais;</li> <li>- as perguntas constantes do item 3 (declaração de atendimento aos requisitos para posse e exercício) devem ser respondidas apenas pelos administradores da pessoa jurídica requerente; e</li> <li>- esta declaração deve ser assinada digitalmente pela pessoa natural identificada no item 2.</li> </ul>	<p>the facts should not be considered restrictive to compliance with the established regulatory conditions, attaching relevant supporting documentation to this declaration;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- this declaration must be completed by the legal representative, controller, or each member of the control group, as well as by holders of qualifying interests, managers, and ultimate beneficiaries, if individuals;</li> <li>- the questions in item 3 (declaration of compliance with requirements for appointment and exercise) must be answered only by the managers of the requesting corporate entity; and</li> <li>- this declaration must be digitally signed by the individual identified in item 2.</li> </ul>
--	---



<p align="center"><b>ANEXO VIII</b> <b>DECLARAÇÃO DE ORIGEM LÍCITA DOS RECURSOS (PESSOAS JURÍDICAS E NATURAIS)</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX VIII</b> <b>DECLARATION OF LAWFUL ORIGIN OF RESOURCES (INDIVIDUALS AND CORPORATE ENTITIES)</b></p>
<p><b>1. DECLARAÇÃO DE ORIGEM LÍCITA DOS RECURSOS</b></p> <p>A(s) pessoa(s) abaixo identificada(s), na condição de controlador(es) / detentor(es) de participação qualificada / beneficiário (s) final(is) da (denominação social da pessoa jurídica requerente), inscrita no CNPJ ..., DECLARA(M) à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, que os respectivos recursos utilizados na integralização do capital social da referida pessoa jurídica são de origem lícita.</p> <p>ESTOU (ESTAMOS) CIENTE (S) que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos que sustentem a presente declaração de origem lícita dos recursos.</p> <p><b>2. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</b></p> <p>ASSUMO (ASSUMIMOS) integral responsabilidade pela fidelidade da declaração ora prestada – ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, desde já, autorizada a dela fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU (ESTAMOS) CIENTE(S) de que a falsidade ou a omissão na declaração ou, ainda, a discrepância entre a declaração e os fatos ou os dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de autorização, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.</p> <p>Local e data Nome, CPF (ou documento equivalente, se estrangeiro) e assinatura digital dos controladores, detentores de participação qualificada ou beneficiários finais da pessoa jurídica requerente (no caso de pessoa natural)</p>	<p><b>1. DECLARATION OF LAWFUL ORIGIN OF FUNDS</b></p> <p>The undersigned, in the capacity of (controller(s) / holder(s) of qualifying interests / ultimate beneficial(ies) of (the corporate name of the applicant corporate entity), enrolled under CNPJ ..., DECLARE(S) to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance, that the respective funds used to pay up the share capital of the above-mentioned corporate entity are of lawful origin.</p> <p>I (WE) ARE AWARE that the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance may request, at any time, documents supporting this declaration of lawful origin of resources.</p> <p><b>2. RESPONSIBILITY DECLARATION</b></p> <p>I (WE) ASSUME full liability for the accuracy of the statement made herein - with the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance hereby authorized to use it as deemed appropriate, within legal limits, in or out of court - and I (WE) ARE AWARE that falseness or omission in the statement, or a discrepancy between the statement and the facts or data discovered during review, may result in the rejection of the application or subsequent review of the licensing decision, and may also constitute a crime, subject to legal and regulatory sanctions.</p> <p>Place and Date: Name, CPF (or equivalent document, if a foreigner), and digital signature of the controllers, holders of qualifying interests, or ultimate beneficiaries of the applicant corporate entity (in the case of individuals)</p>

<p>Denominação social, CNPJ, nome, CPF e assinatura digital dos representantes legais no Brasil dos controladores ou detentores de participação qualificada da pessoa jurídica requerente (no caso de pessoa jurídica)</p> <p>Obs: a declaração pode ser assinada individualmente ou em conjunto pelos controladores, detentores de participação qualificada e beneficiários finais.</p>	<p>Company name, CNPJ, name, CPF, and digital signature of the legal representatives in Brazil of the controllers or holders of qualifying interests of the applicant corporate entity (in the case of corporate entities)</p> <p>Note: the declaration may be signed individually or jointly by the controllers, holders of qualifying interests, and ultimate beneficiaries.</p>
--	--

<p align="center"><b>ANEXO IX DECLARAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX IX POLICY IMPLEMENTATION DECLARATION</b></p>
<p>1. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA REQUERENTE:</p> <p>Denominação social: CNPJ: Representante legal: informar nome, CPF, profissão ou cargo, telefone e e-mail.</p> <p>2. DECLARAÇÃO</p> <p>DECLARO à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda que a pessoa jurídica acima qualificada possui e adota as políticas, os procedimentos e os controles internos abaixo discriminados:</p> <p>a) prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, especialmente quanto ao cumprimento dos deveres previstos nos art. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e nos regulamentos expedidos pelo Ministério da Fazenda;</p> <p>b) jogo responsável e prevenção aos transtornos de jogo patológico, observados os requisitos mínimos constantes do art. 16 da Lei nº 14.790, de 2023, e em regulamentos expedidos pelo Ministério da Fazenda;</p> <p>c) código de conduta e de difusão de boas práticas de publicidade e propaganda;</p> <p>d) integridade de apostas e prevenção à manipulação de resultados e outras fraudes de que trata o art. 19 da Lei nº 14.790, de 2023;</p> <p>e) gerenciamento do risco de liquidez, observadas as regras constantes de normativo específico sobre transações de pagamento editado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda;</p> <p>f) continuidade de Tecnologia da Informação, observados os requisitos mínimos constantes de normativo específico sobre sistemas de apostas editado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; e</p> <p>g) estrutura de governança corporativa compatível com a complexidade, especificidade e riscos do negócio.</p>	<p>1. IDENTIFICATION OF THE APPLICANT CORPORATE ENTITY:</p> <p>Company name: CNPJ: Legal representative: please provide name, CPF, profession or position, telephone, and email.</p> <p>2. DECLARATION</p> <p>I DECLARE to the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance that the above-mentioned qualified corporate entity possesses and adopts the policies, procedures, and internal controls detailed below:</p> <p>a) Prevention of money laundering, terrorism financing, and proliferation of weapons of mass destruction, especially regarding compliance with the duties stipulated in arts 10 and 11 of Law No. 9,613, of 3<sup>rd</sup> March 1998, Law No. 13,260, of 16<sup>th</sup> March 2016, and regulations issued by the Ministry of Finance;</p> <p>b) Responsible gaming and prevention of pathological gambling disorders, in accordance with the minimum requirements set forth in Art 16 of Law No. 14,790, of 2023, and regulations issued by the Ministry of Finance;</p> <p>c) code of conduct and dissemination of good practices in advertising and marketing;</p> <p>d) integrity of betting and prevention of match-fixing and other frauds as stipulated in art 19 of Law No. 14,790, of 2023;</p> <p>e) liquidity risk management, in compliance with the rules specified in specific regulations on payment transactions issued by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance;</p> <p>f) continuity of Information Technology, in accordance with the minimum requirements set forth in specific regulations on betting systems issued by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance; and</p> <p>g) Corporate governance structure compatible with the complexity, specificity, and risks of the business.</p>

<p>Ademais, ASSUMO o compromisso de, se necessário, adaptar as políticas atualmente adotadas pela pessoa jurídica requerente às posteriores regulamentações estabelecidas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.</p> <p><b>3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</b></p> <p>ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, desde já, autorizada a delas fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade ou a omissão nas declarações ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos ou os dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de autorização, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.</p> <p>Local e data: Nome, CPF Observação: - esta declaração deve ser assinada digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente ou por administrador cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social.</p>	<p>Furthermore, I UNDERTAKE, if necessary, to adapt the policies currently adopted by the applicant corporate entity to subsequent regulations established by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance.</p> <p><b>3. RESPONSIBILITY DECLARATION</b></p> <p>I ASSUME full liability for the accuracy of the statements provided herein - authorizing the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to use them as deemed appropriate, within legal limits, whether in court or otherwise. I AM AWARE that any falseness or omission in the statements, or any discrepancy between the statements and the facts or data discovered during the assessment, may result in the rejection of the licensing or subsequent review of the authorization decision. Moreover, such actions may constitute a crime, subject to legal and regulatory sanctions.</p> <p>Place and Date: Name, CPF Note: - this declaration must be digitally signed by the legal representative of the applicant corporate entity or by a manager whose representation is recognized by the articles of association or social contract.</p>
---	--

<p align="center"><b>ANEXO X</b> <b>DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE</b> <b>ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS</b> <b>CONTROLADORES (PESSOAS NATURAIS</b> <b>E JURÍDICAS)</b></p>	<p align="center"><b>ANNEX X</b> <b>DECLARATION OF ECONOMIC-</b> <b>FINANCIAL CAPACITY OF THE</b> <b>CONTROLLERS (INDIVIDUALS AND</b> <b>CORPORATE ENTITIES)</b></p>
<p><b>1. DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA</b></p> <p>A(s) pessoa(s) abaixo identificada(s), na condição de controlador (es) do(a) ... (citar a pessoa jurídica requerente), inscrito(a) no CNPJ ..., DECLARA(M) à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda que possui(em) capacidade econômico-financeira, fundamentada em ativos líquidos disponíveis, compatível com o capital necessário à estruturação e à operação da pessoa jurídica controlada, bem como às contingências decorrentes da dinâmica do mercado, que podem ensejar a necessidade de aportes para suprir eventuais necessidades de caixa e a cobertura de eventuais obrigações da controlada.</p> <p><b>2. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</b></p> <p>ASSUMO (ASSUMIMOS) integral responsabilidade pela fidelidade da declaração ora prestada – ficando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, desde já, autorizada a dela fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU (ESTAMOS) CIENTE(S) de que a falsidade ou a omissão na declaração ou, ainda, a discrepância entre a declaração e os fatos ou os dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de autorização, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.</p> <p>Local e data Nome, CPF (ou documento equivalente, se estrangeiro) e assinatura digital (no caso de pessoa natural) Denominação social, CNPJ, nome, CPF e assinatura digital dos representantes legais no Brasil (no caso de pessoa jurídica) Obs: a declaração pode ser assinada individualmente ou em conjunto pelos controladores.</p>	<p><b>1. DECLARATION OF ECONOMIC-FINANCIAL CAPACITY</b></p> <p>The individual(s) identified below, in the capacity of controller(s) of (mention the requesting corporate entity), registered under CNPJ ..., DECLARE(S) to the Secretariat of Prizes and Betting of the Ministry of Finance that they possess economic financial capacity, based on available liquid assets, compatible with the capital required for the structuring and operation of the controlled corporate entity, as well as for contingencies arising from market dynamics that may require cash injections to meet potential cash needs and cover potential obligations of the controlled entity.</p> <p><b>2. RESPONSIBILITY DECLARATION</b></p> <p>I (WE) UNDERTAKE full liability for the accuracy of the statement provided herein - authorizing the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance to use it as deemed appropriate, within legal limits, whether in court or otherwise. I (WE) ARE AWARE that any falseness or omission in the statement, or any discrepancy between it and the facts or data discovered during the assessment, may result in the rejection of the application or subsequent review of the licensing decision. Moreover, such actions may constitute a crime, subject to legal and regulatory sanctions.</p> <p>Place and Date Name, CPF (or equivalent document, if a foreigner), and digital signature (in the case of a individual) Company name, CNPJ, name, CPF, and digital signature of the legal representatives in Brazil (in the case of a corporate entity) Note: the declaration may be signed individually or jointly by the controllers.</p>